Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado



1. Contexto operacional

A MRS Logística S.A. ("MRS" ou a "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, com prazo de duração indeterminado, constituída em 30 de agosto de 1996, com o objetivo de explorar, por concessão onerosa, o serviço público de transporte ferroviário de carga nas faixas de domínio da Malha Sudeste, localizada no eixo Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA, privatizada em 20 de setembro de 1996.

A Companhia poderá explorar, ainda, os serviços de transportes modais relacionados ao transporte ferroviário e participar de projetos visando à ampliação dos serviços ferroviários concedidos.

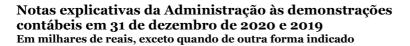
Para a prestação dos serviços de transporte ferroviário, objeto da concessão obtida pelo período de 30 anos, a partir de 1º de dezembro de 1996, prorrogáveis, em caso de interesse manifesto de ambas as partes, até o limite máximo de 30 anos por decisão exclusiva do Poder Concedente, a Companhia arrendou da RFFSA, pelo mesmo período da concessão, os bens necessários à operação e manutenção das atividades de transporte ferroviário de carga.

Em abril de 2017 a MRS protocolou, junto ao Poder Concedente, o Plano de Negócios para iniciar as negociações referentes à renovação antecipada da concessão, e, desde então, as negociações vem sendo conduzidas junto à Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT. Em 6 de junho de 2019, consubstanciada na Deliberação nº 614, de 4 de junho de 2019, a ANTT publicou o Aviso de Audiência Pública nº 007/2019, comunicando a realização de referida Audiência com o objetivo de colher subsídios, com vistas ao aprimoramento dos estudos para a prorrogação do prazo de vigência contratual da concessionária MRS. Em 13 de setembro de 2019, às 18h, encerrou-se o prazo para contribuições à Audiência Pública, fixado pelo Ofício SEI nº 7414/2019/SUFER/DIR-ANTT, emitido em 5 de julho de 2019. Pelas informações apuradas junto à ANTT, no âmbito do processo da MRS, foram apresentadas 315 (trezentas e quinze) contribuições, sendo: (i) 90 contribuições orais, conforme manifestações nas 4 sessões públicas realizadas nos estados de Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília; (ii) 42 contribuições escritas; e (iii) 183 contribuições enviadas pelo site da ANTT, sendo que 50% dessas últimas referem-se a contribuições apresentadas pela própria MRS.

Durante o ano de 2020, foram realizadas diversas agendas com a ANTT, com vistas à atualização do Plano de Negócios, a fim de promover os ajustes decorrentes das contribuições feitas durante o processo de Audiência Pública.

Atualmente, aguarda-se a análise das contribuições pela área técnica da ANTT e a realização de possíveis ajustes para contemplar as contribuições acatadas pela Agência. Após a emissão do Relatório Final da Audiência Pública da MRS, de sua aprovação pela Diretoria da ANTT, e não havendo qualquer manifestação em contrário, o processo será encaminhado ao Ministério de Infraestrutura, que avaliará sua conformidade com as diretrizes da Política Pública, e, em sequência, enviará para análise e aprovação pelo Tribunal de Contas da União.

O contrato de concessão estabelece metas a serem cumpridas pela Companhia, relacionadas com o aumento da produção no transporte de cargas e com a redução do número de acidentes nas linhas férreas. Caso essas metas não sejam alcançadas, após superada todas as fases de esclarecimentos e defesas administrativas a ANTT poderá aplicar penalidades podendo inclusive levar a caducidade, em caso de descumprimento reiterado das metas contratuais. A concessão poderá ser extinta dentro das seguintes hipóteses legais: (i) término do prazo contratual; (ii) encampação; (iii) caducidade; (iv) rescisão; (v) anulação da licitação; (vi) falência ou extinção da Companhia. Em qualquer hipótese de extinção da concessão, a Companhia será indenizada pela União Federal pelo saldo não depreciado dos investimentos





realizados e declarados reversíveis pelo Poder Concedente. Em 31 de dezembro de 2020, a MRS estava em dia com as obrigações contratuais e devidamente adimplente perante a ANTT.

A Administração da Companhia informa que parte relevante do capital circulante líquido negativo apresentado em 31 de dezembro de 2020 refere-se a vencimentos de dívidas estruturadas, sendo a maior parte dos vencimentos concentrados no segundo semestre desse ano. Entende, ainda, que este cenário será administrado ao longo do ano em função da forte geração de caixa oriunda de suas atividades operacionais, bem como mediante novas captações de recursos de longo prazo, via instituições financeiras ou mercado de capital local, já previstas pela Companhia.

2. Base de Preparação

2.1 Apresentação das Informações

a) Declaração de Conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem (i) a legislação societária, (ii) os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, (iii) as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)).

As demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram aprovadas em definitivo pelo Conselho de Administração da Companhia em 24 de março de 2021.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 4.

b) Pandemia da COVID-19

A administração da Companhia segue acompanhando a evolução do cenário da pandemia da COVID-19 e avaliando os possíveis impactos nos resultados operacionais,econômicos e financeiros futuros da Companhia.

A Companhia não sofreu interrupções ou reduções significativas de suas atividades operacionais em função da pandemia e não vislumbra, nesse momento, impactos significativos em sua operação que possam refletir em seus resultados econômicos e financeiros futuros.

Percebe-se a partir de abril uma melhora significativa nos volumes transportados de *Heavy Haul*, que representa mais de 60% dos volumes planejados para o ano. Este fato se deve à melhora da performance na descarga dos portos em um período de menor pluviometria. Também houve incremento da produção no terminal do Andaime e a expectativa futura para este segmento é de continuar acelerando o ritmo dos volumes transportados em 2021 aproveitando-se das condições favoráveis no mercado externo.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Em relação aos impactos da COVID-19, percebe-se uma redução dos volumes transportados no segmento de siderurgia em função do desaquecimento do mercado interno. Entretanto, a representatividade deste negócio no total não foi suficiente para impactar no todo, tendo a empresa terminado o ano crescendo seu nível de produção.

A seguir apresentamos algumas análises e medidas adotadas pela Companhia visando o seu equilíbrio econômico e financeiro diante dos resultados apresentados no ano de 2020 e de enfrentamento para possíveis impactos da pandemia:

Capital Circulante Líquido: como medida de reposição de capital de giro, a empresa realizou durante o ano novas captações em torno de R\$500.000e, para 2021, estão previstas novas captações de recursos de longo prazo A Companhia terminou o ano com R\$1.206.484 em caixa.
Risco de não realização de estoque: tendo em vista que as projeções de volume não apresentaram reduções significativas, a Companhia não foi impactada com reduções de estoques, dadaa continuidade do plano de manutenções.
Importação de materiais: o volume de materiais importados na MRS como matéria-prima na manutenção de ativos não é relevante perto do total de insumos da organização. De toda forma, tem sido notados impactos pela falta de transporte marítimo e por fechamento de fábricas no exterior, o que pôde ser observado na piora da aderência nas entregas de alguns materiais. No entanto, a MRS agiu preventivamente adiantando parte dos pedidos para garantir aos fornecedores a continuidade de suas operações e consequentemente não impactar o transporte ferroviário.
Materiais nacionais:como estratégia ao enfrentamento da pandemia, a MRS realizou compras antecipadas de materiais, ação fundamental para suportar a manutenção e mitigando riscos de falta de materiais, que foram essenciais para desestocagem acelerada de ativos com a retomada do volume. Passado esse período de risco de desabastecimento durante o ano de 2020, hoje enfrentamos outro desafio que é a falta de matéria prima no mercado, tais como: aço, ferro gusa, sucata, madeiras, cobre e plásticos. Esses materiais impactam a cadeia de produção dos itens da Companhia, principalmente via permanente.
PCE (Perda de Crédito Esperada) do Contas a Receber e Fornecedores: observamos um acréscimo de 7% em dezembro de 2020 em relação a dezembro de 2019 na perda estimada do contas a receber. No entanto, como dito anteriormente, tomamos medidas para auxiliar a cadeia de valor relacionada às cargas transportadas pela MRS, colocando em prática uma política temporária de aumento do prazo de recebimento para os clientes mais afetados pela crise, como o segmento de siderurgia e construção civil. Até o final de 2020 tal medida já tinha sido normalizada a períodos pré pandemia. Vale mencionar que a partir do 3º trimestre os prazos de pagamento também voltaram ao normal, cenário pré-pandemia.
Renegociação de contratos de locação de salas comerciais: Com a chegada da pandemia da COVID-19, muitas mudanças significativas ocorreram e uma delas foi a mudança de alguns hábitos. Desde o início da pandemia a Companhia

adotou o modelo de trabalho em *home Office* para a área administrativa visando o cuidado com a saúde de seus colaboradores e criando assim redução de acessos aos

escritórios, com isso, ocorreu renegociação de contratos de aluguel em 2020.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

2.2 Base de mensuração

As demonstrações foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo dos instrumentos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado, e (ii) perda pela redução do valor recuperável de ativos.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia.

2.4 Apresentação de informações por segmentos

Em função da Companhia prestar unicamente serviços de transporte ferroviário de cargas, para fins contábeis e gerenciais, a mesma está organizada em uma única unidade de negócio. As operações da Companhia são controladas, gerenciadas e monitoradas pela administração de forma integrada.

3. Mudanças nas principais políticas contábeis e divulgações

Não ocorreram novas normas contábeis em 2020 que afetaram materialmente as demonstrações contábeis da Companhia.

4. Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis significativas e relevantes para a compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações contábeis estão descritas nos itens a seguir e de acordo com políticas contábeis consistentes com aquelas utilizadas quando da preparação das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2019, publicadas na Imprensa Oficial em 26 de março de 2020, salvo disposição em contrário.

4.1 Moeda estrangeira

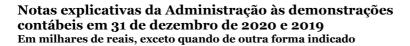
As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados.

Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa, bem como outros ganhos e perdas cambiais, são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

4.2 Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia considera caixa e equivalentes de caixa os numerários em espécie, os depósitos bancários e as aplicações financeiras de conversibilidade imediata, resgatáveis no prazo de até





90 dias, em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor.

4.3 Instrumentos financeiros

i. Reconhecimento e mensuração inicial

Os valores das contas a receber de clientes e dos títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que sejam contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Contas a receber de clientes sem um componente significativo é mensurado inicialmente ao preço da operação.

ii. Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; ou ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se atenderem ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, são classificados como ao valor justo por meio do resultado. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

como ao valor justo por meio do resultado se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Ativos financeiros: avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido levando em consideração a forma em que o negócio é gerenciado e as informações são fornecidas à administração.

O objetivo do modelo de negócio da Companhia é manter os ativos financeiros a fim de receber os fluxos de caixa contratuais.

A Companhia realiza gerenciamento de riscos financeiros para limitar os impactos adversos causados por instrumentos financeiros em seu resultado e fluxo de caixa.

Ativos financeiros: avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

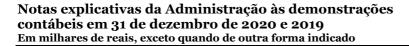
A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor do fluxo de caixa contratual de forma que ele não atenderia essa condição.

Ativos financeiros: mensuração subsequente e ganho e perda

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment*são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

A Companhia não possui ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de outros





resultados abrangentes.

Passivos financeiros: classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso seja mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, são capitalizados como parte do custo do ativo quando forem prováveis que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa financeira no exercício em que são incorridos.

iii. Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

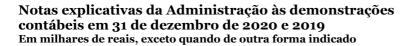
Passivos financeiros

A Companhia não reconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também não reconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

iv. Compensação

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção





de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

v. Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros.

Os derivativos são mensurados ao valor justo no momento inicial e nas mensurações subsequentes. Após o reconhecimento inicial suas variações são registradas no resultado.

A Companhia contrata alguns instrumentos como ode *hedge* para gerenciar exposições resultantes de riscos específicos que poderiam afetar o resultado, ou seja, a variabilidade dos fluxos de caixa associadas a transações no resultado.

Ao implementar o modelo de *hedge accounting* na Companhia, documentou-se o objetivo do gerenciamento de risco e a estratégia de aquisição do instrumento de *hedge*. A Companhia avalia e documenta se a relação de proteção atende aos requisitos de efetividade de *hedge* mensalmente.

A Companhia designou determinados *swaps* que protegem uma dívida em dólar com juros fixos como instrumento de *hedge* de valor justo. O ganho ou a perda no instrumento de *hedge* é reconhecido no resultado financeiro, no mesmo momento é verificada a variação do valor justo do risco atribuível do objeto de *hedge* que é registrado no passivo com contrapartida no resultado financeiro.

Os passivos financeiros designados como instrumentos de *hedge* são apresentados na nota explicativa 25.

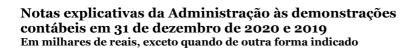
4.4 Impairment de ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A provisão para perdas de crédito esperadas é feita para todos os recebíveis comerciais, conforme metodologia estabelecida, mesmo que não haja evidências objetivas de não recebimento.

A Companhia utiliza-se da abordagem simplificada para os recebíveis comerciais, expediente prático da matriz de provisão, para mensurar as perdas de crédito esperadas.

Os recebíveis comerciais são agrupados em cinco categorias, de acordo com o histórico de perda e natureza da cobrança. A expectativa de perda de crédito de cada categoria é feita como segue:

- <u>Aluguel pessoa física</u>: todos os documentos faturados referentes aos contratos de locação de pessoa física são provisionados como perda, em virtude do alto nível de inadimplência.
- <u>Processo judicial</u>: todos os documentos faturados para clientes que estão sendo cobrados judicialmente são provisionados como perda, em virtude do grande nível de incerteza.
- <u>Frete</u>: a provisão de perda de créditos esperada será mensurada pelo percentual das perdas históricas dos dois últimos anos, aplicado sobre o saldo das contas a receber desse grupamento, na data da análise.





- Outras receitas: a provisão de perda de créditos será calculada pelo percentual de perda histórica, baseado nas inadimplências dos dois últimos anos, sobre o saldo das contas a receber desse grupamento, na data da análise.
- <u>Partes relacionadas</u>: tendo em vista que, possuímos contratos de longo prazo, mecanismos de proteção e historicamente não ter havido perda financeira com as empresas envolvidas, não temos provisões de perdas constituídas para este grupo.

4.5 Contas a receber de clientes e partes relacionadas

As contas a receber de clientes e partes relacionadas correspondem, principalmente, aos valores a receber pela prestação de serviços de transporte de carga no curso normal das atividades. Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante.

Os valores a receber a longo prazo foram trazidos ao valor presente na data da transação com base na taxa estimada do custo médio ponderado de capital da Companhia. O ajuste a valor presente tem como contrapartida a conta de juros a apropriar, redutora da conta de clientes, e sua realização é registrada como receita financeira de acordo com o prazo contratual.

A taxa de desconto utilizada envolve a análise da estrutura de capital e as incertezas do contexto macroeconômico e foram estimadas entre 10,29% a.a. e 15,91% a.a.

4.6 Estoques

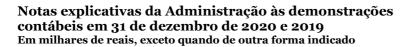
Os estoques são demonstrados ao custo médio ponderado, que não excede aos valores líquidos de realização. Provisões para perdas em estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

4.7 Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Os gastos com desenvolvimento de ativos gerados internamente também são capitalizados e seus valores farão parte do custo do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável, sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados, no mínimo, ao final de cada exercício social. Mudanças nas vidas úteis estimadas ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

A taxa de amortização dos ativos intangíveis, exceto a concessão, foi estimada em 20% ao ano. A parcela referente ao adiantamento da concessão é apropriada ao custo dos serviços prestados de forma linear pelo período de duração do contrato de concessão (360 meses).





Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido pela venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

4.8 Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou eventuais perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando for feita uma reforma ou benfeitoria, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Ao término da concessão, os bens de propriedade da concessionária e aqueles resultantes de investimentos por ela efetivados em bens arrendados, necessários à continuidade da prestação do serviço de transporte ferroviário e vinculados a concessão poderão, mediante declaração de reversibilidade e devida indenização dos investimentos realizados por parte do Poder Concedente, passar a integrar o patrimônio da União, conforme previsão expressa na cláusula décima sexta do Contrato de Concessão.

Os itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos ativos.

Os terrenos não são depreciados.

Revisão de vida útil:

Em atendimento ao CPC 27 – Imobilizado e ao IAS 16, a Companhia revisa anualmente a vida útil econômica dos seus principais ativos. Desta forma, conforme laudo técnico emitido por consultoria especializada, bem como publicação no Diário Oficial da União de 17 de dezembro de 2019, a partir de janeiro de 2020 a vida útil de alguns ativos e componentes foram alteradas.



772 J .. Z.231

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

As taxas anuais de depreciação e vida útil dos principais grupos de ativos vigentes no ano de 2020 são:

		Vida útil
Grupos de ativos	%	média (em anos)
- · · · · · · · · · · · · · · · · · · ·		
Bens imóveis		
Benfeitorias em via permanente		
Trilhos	7,69	13
Dormentes	8,33	12
Benfeitorias em imóveis arrendados	4,00	25
Obras de arte especiais (Túnel, Viaduto e Ponte)	2,85	35
Locomotivas		
Locomotivas diesel	3,33	30
Locomotivas elétricas	4,17	24
Locomotivas usadas	10,00	10
Benfeitorias úteis em locomotivas	12,50	8
Vida útil média dos principais componentes	14,53	3 a 17
Vagões		
Vagões	3,33	30
Benfeitorias úteis em vagões	10,00	10
Vida útil média dos principais componentes	14,35	2 a 17
Outros		
Esmerilhadora, carro de controle, equipamentos e ferramentas	10,00	10
Equipamentos de processamento de dados	20,00	5
Móveis e utensílios	10,00	10

O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Vide mais detalhes na nota explicativa 17, sobre as mudanças na vida útil dos ativos para 2020.

4.9 Impairment de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil dos ativos não financeiros com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Para avaliação dos ativos não financeiros é utilizada pela Administração a metodologia da rentabilidade futura para o ativo individual. Quando não for possível estimar o valor para o ativo individual determina-se o valor recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence. Assim determina-se o valor em uso dos ativos da Companhia. Se o valor contábil do ativo imobilizado não suportar o valor em uso, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor em uso.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado



4.10 Contas a pagar a fornecedores

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante.

4.11 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível, tributária e ambiental) e demais provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

4.12 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido corrente e diferido

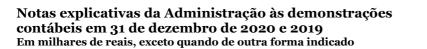
As despesas de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido do exercício compreendem os tributos correntes e diferidos os quais são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. Nesse último caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro tributável ou prejuízo compensável do exercício, adicionados de quaisquer ajustes de exercícios anteriores, se houver. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos, previstas por lei, na data do balanço.

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido correntes são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do balanço.

Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias existentes entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são





reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido diferidas.

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Os tributos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

4.13 Benefícios a empregados

Beneficios de aposentadoria e outros beneficios pós-emprego

A Companhia patrocina um plano de previdência do tipo contribuição definida, o qual requer que as contribuições sejam feitas a fundos administrados separadamente dos fundos próprios da Companhia. A Companhia não tem qualquer obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível.

A Companhia concede também benefício de assistência médica pós-aposentadoria a seus empregados. O direito a esses benefícios é, geralmente, condicionado à permanência do empregado no emprego até a idade de aposentadoria e a conclusão de um tempo mínimo de serviço. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período de emprego, usando a mesma metodologia contábil usada para os planos de pensão de benefício definido. Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e mudanças das premissas atuariais são debitados ou creditados ao patrimônio líquido, em outros componentes do resultado abrangente. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados, utilizando método da unidade de crédito projetado.

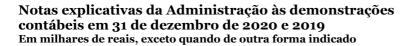
Os custos de serviços passados do plano de assistência à saúde são reconhecidos como despesa, de forma linear, ao longo do período médio até que o direito aos benefícios seja adquirido. Se o direito aos benefícios já tiver sido adquirido, custos de serviços passados são reconhecidos imediatamente após sua introdução ou após mudanças do plano de saúde.

Beneficio de curto prazo - remuneração variável

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia própria aprovada pelo Conselho de Administração. A Companhia reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigada ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada e puder ser estimada de forma confiável.

4.14 Arrendamentos/Direito de Uso

A Companhia aplicou o CPC 06(R2)/IFRS 16 utilizando a abordagem retrospectiva modificada.





Arrendamentos em que a Companhia é arrendatária

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é reconhecido inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental construída pela Companhia.

A Companhia determina sua taxa incremental, nominal, utilizando-se dos seguintes critérios:

- (i) Arrendamento com o Poder Concedente: obtida considerando a representatividade e o custo ponderado das dívidas da Companhia;
- (ii) Contrato de locação de imóveis: taxa cotada com instituições financeiras de relacionamento com a Companhia;
- (iii) Contrato para locação de máquinas, equipamentos e outros: taxa de financiamento do BNDES (linha específica para este fim que considera TLP mais *spread* do banco).

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- (i) pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- (ii) valores que se espera que sejam pagos de acordo com as garantias de valor residual e;
- (iii) o preço de exercício da opção de compra se a Companhia estiver razoavelmente certa de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Quando o passivo de arrendamento é remensurado é realizado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido à zero.

A Companhia apresenta ativos e passivos para seus arrendamentos operacionais de imóveis, máquinas e equipamentos, veículos, equipamentos de TI e contêineres. Além desses, foi registrado o contrato de arrendamento dos bens necessários à operação e manutenção das atividades de transporte ferroviário de carga, vinculado ao contrato de concessão.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Companhia aplica isenção de reconhecimento para os arrendamentos de curto prazo e para os quais os ativos adjacentes são de baixo valor. Os pagamentos associados a esses arrendamentos continuam sendo reconhecidos como despesa na demonstração do resultado.

Arrendamentos em que a Companhia é arrendadora

Nos casos em que a Companhia figura como arrendador intermediário (subarrendamentos) de contratos em que é o arrendatário, é feito uma avaliação para classificação do subarrendamento com base no ativo de direito de uso resultante do arrendamento principal e não com base no ativo subjacente.

O valor a receber referente a esses contratos é registrado integralmente como contas a receber no ativo circulante e não circulante e são amortizados com os devidos recebimentos.

A taxa de desconto utilizada para o cálculo ao valor presente do contas a receber dos contratos de subarrendamento é a mesma do contrato de arrendamento principal.

4.15 Concessões

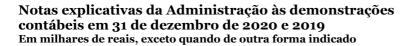
A Companhia possui concessão onerosa de serviço público decorrente do contrato de concessão. Embora a Companhia atue sob regime de concessão, sua atividade não se enquadra nos requerimentos da Interpretação Técnica ICPC 01/IFRIC 12 - Contratos de Concessão, em função do Poder Concedente não controlar a quem os serviços devem ser prestados, nem o preço a ser cobrado. Prevalece a relação comercial entre a Companhia e seus clientes.

As obrigações da concessão são registradas linearmente, pelo regime de competência e de acordo com os prazos do contrato (360 meses) no passivo circulante tendo como contrapartida os custos dos serviços prestados. O valor registrado no passivo não circulante refere-se ao período de carência que foi apropriado no resultado de acordo com o regime de competência e está sendo liquidado em cada uma das parcelas pagas trimestralmente.

Os valores pagos antecipadamente pela Companhia foram registrados no ativo e são alocados linearmente no resultado como custo dos servicos prestados no decorrer do prazo do contrato.

4.16 Capital social

O capital social subscrito e integralizado está dividido em ações escriturais, ordinárias e preferenciais, sem valor nominal.





4.17 Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes do reconhecimento de receitas:

• Prestação de serviço de transporte

A receita com prestação de serviços de transporte de carga, principal receita da Companhia, é reconhecida quando as cargas transportadas são entregues aos clientes no ponto de destino do transporte, conforme contrato de prestação de serviços. O valor justo da receita de serviços é calculado de forma confiável com base nas tarifas previamente acordadas entre as partes.

• Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem as receitas de juros, variações monetárias e cambiais sobre ativos e passivos financeiros e ganhos líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal.

• Outras receitas operacionais

As demais receitas são reconhecidas na medida em que há um direito contratual, há o cumprimento da obrigação de desempenho, for provável que benefícios econômicos futuros serão gerados para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado de forma confiável.

4.18 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis ao final do exercício. Com base no Estatuto Social da Companhia, a distribuição de dividendos não será inferior a 25% do lucro líquido do exercício, ajustados nos termos do artigo 202 da Lei das S.A. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório estabelecido na Lei das S.A. somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral.

5. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

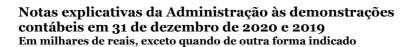
A Administração utilizou-se de julgamentos e estimativas, na preparação das demonstrações contábeis, que afetam a aplicação de políticas contábeis da Companhia e os valores de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas continuamente.

As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(a) Imposto de renda, contribuição social sobre o lucro líquido e outras provisões de créditos fiscais

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas,





ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita auferida e despesa de impostos já registradas. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de fiscalizações por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

(b) Benefícios pós emprego

Os custos do plano de benefícios de assistência médica pós-emprego são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade, taxas de rotatividade e de permanência no plano após desligamento/aposentadoria. A obrigação deste benefício é sensível às mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data base.

(c) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de ativos e passivos financeiros é obtido através de mercados ativos. Contudo, quando isso não for viável, o valor justo é determinado utilizando técnicas de avaliação que requerem níveis de julgamento. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

(d) Provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e ambientais

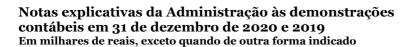
As provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais cuja possibilidade de perda seja considerada provável pelos consultores jurídicos.

A Companhia revisa periodicamente os valores provisionados e caso identifique alterações processuais, tais como mudança de prognóstico, prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos fatos ou decisões de tribunais, eles são ajustados.

(e) Taxa de depreciação, amortização e avaliação de impairment do ativo imobilizado e intangível

As taxas de depreciação e amortização dos ativos imobilizados e intangíveis incluem as estimativas das vidas úteis econômicas dos principais ativos da Companhia, as quaissão revisadas periodicamente pelos especialistas da Companhia e caso seja identificada a necessidade de alteração da taxa de vida útil de algum grupo de ativos, é realizada a contratação de consultoria externa para mensuração e emissão de laudo conforme Resolução ANTT 5090/2016.

A Companhia realiza anualmente uma avaliação dos indicadores de *impairment* de ativos intangíveis e imobilizados. Se o valor contábil do ativo intangível ou imobilizado não suportar o valor em uso, é necessária a constituição da provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.





6. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para os exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021 e 2022.

A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações contábeis:

- Reforma da taxa de juros de referência Fase 2 (alterações ao CPC48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16
- Contratos Onerosos custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37)
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (Alterações à IAS 16)
- Referência à Estrutura Conceitual (alterações à IFRS 3)

7. Caixa e equivalentes de caixa

	2020	2019
Circulante		
Disponibilidades		
Caixa e bancos	7.814	3.077
	7.814	3.077
Aplicações financeiras no país		
CDB	1.198.670	665.187
	1.198.670	665.187
Caixa e equivalentes de caixa	1.206.484	668.264

As aplicações financeiras estão lastreadas em títulos emitidos por bancos no Brasil e possuem liquidez média de 90 dias, podendo ser resgatadas antes do vencimento, sem que haja modificação ou ajuste significativo na taxa de rendimento previamente acordada com a instituição financeira.

Essas aplicações são em CDB, com remuneração baseada na variação dos Certificados de Depósitos Interbancários - CDI, encontrando-se na faixa entre 85,0% e 112,0% (98,3% e 104,0% em 31 de dezembro de 2019).

O incremento de R\$538.220 no saldo de caixa e equivalentes de caixa deve-se, basicamente, ao maior volume de captações nos primeiros seis meses de 2020.

A classificação de risco das aplicações financeiras de acordo com o modelo de negócio está descrita na nota explicativa 25.

8. Caixa restrito

2020	2019
	-0-)



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

CDB	 2.033
Total	 2.033

A Companhia encerrou o ano de 2020 sem o compromisso com caixa restrito.

O saldo de caixa restrito em 31 de dezembro de 2019 estava composto por aplicações financeiras em CDB, constituídas como forma de garantia do contrato comercial de compra e venda de energia elétrica.

Estas aplicações estavam lastreadas em títulos no Brasil, e possuíam liquidez máxima de 36odias e remuneração baseada na variação dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI, na faixa entre 98,3% e 99,0%.

A classificação de risco das aplicações financeiras em caixa restrito, de acordo com o modelo de negócio, está descrita na nota explicativa 25.

9. Contas a receber de clientes

	_	2020	2019
Contas a receber de partes relacionadas	10	643.203	1.035.480
Clientes no país	(a)	25.149	40.531
Perdas de créditos esperadas	(b)	(1.107)	(1.107)
		667.245	1.074.904
Circulante		382.503	899.682
Não circulante		284.742	175.222

⁽a) Referem-se, basicamente, aos valores a receber relacionados aos serviços prestados de frete ferroviário, incluindo tráfego mútuo e direito de passagem a receber de clientes que não são partes relacionadas.

10. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, informados nesta nota, são relativos às operações com partes relacionadas decorrentes das transações da Companhia com seus acionistas, empresas ligadas e profissionais chave da administração.

As transações com partes relacionadas estão associadas, principalmente, à prestação de serviço público de transporte ferroviário de carga. São realizadas em prazos e condições negociadas com cada um dos clientes contratantes, respeitando os tetos tarifários definidos pelo Poder Concedente, os quais se aplicam a todos os clientes da concessionária, sendo ou não partes relacionadas. Pela Governança Corporativa da Companhia, os valores negociados com as partes

⁽b) O valor provisionado para perdas de créditos esperadas foi mensurado considerando a dificuldade financeira do emissor, quebra de contrato com atraso de pagamento, probabilidade de falência do devedor e devedores em processo judicial para cobrança, além da aplicação de um percentual apurado nas perdas dos últimos dois anos sobre os valores em aberto na data das demonstrações.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

relacionadas são aprovados pelos acionistas e obedecem a um modelo tarifário que visa remunerar os custos da prestação do serviço de transporte ferroviário, acrescidos de margens que são compatíveis com aquelas estabelecidas no seu plano de negócios. Não há transações com margens negativas, conforme estabelecido no contrato de concessão. Ademais, os contratos com partes relacionadas são de longo prazo e possuem cláusulas de garantias de receitas e volumes anuais, assim como ocorre com os demais clientes cativos.

Além dos contratos de serviços de transporte ferroviário de carga, a Companhia possui outros contratos com suas partes relacionadas referentes a serviços de manutenção e benfeitorias em terminais, venda de sucatas, aluguéis e manutenção em material rodante e via permanente.

As contas a pagar com partes relacionadas, apresentado em passivos com partes relacionadas, exceto dividendos a pagar, são decorrentes de operações de compras, utilização de malha ferroviária, investimentos compartilhados inerentes ao negócio da Companhia e demais obrigações contratuais.

A Companhia possui os seguintes saldos referentes às transações com partes relacionadas:

- Ativo

		Contas a receber		
		2020	2019	
Mineração Usiminas S.A.	(a)	81.325	157.457	
Vale S.A.	(b)	391.010	651.892	
CSN Mineração S.A.	(c)	140.551	158.610	
Companhia Siderúrgica Nacional		19.984	58.709	
Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A.		3.266	1.597	
Gerdau Açominas S.A.		2.030	3.648	
Ferrovia Centro Atlântica		3.329	1.751	
Gerdau Aços Longos S.A.		675	529	
Confab Industrial S.A.		-	1	
Gerdau S.A.		22	342	
TerniumBrasil Ltda.		32	31	
Vallourec Soluções Tubulares do Brasil S.A.		979	913	
		643.203	1.035.480	
Circulante		258 461	860.058	
Não Circulante		358.461	860.258	
Nau Circulante		284.742	175.222	

(a) A redução do valor a receber em 2020 deve-se ao recebimento de três parcelas do aditivo contratual celebrado em 2016 entre MRS e Mineração Usiminas, vencíveis em janeiro de 2020, janeiro de 2021 e janeiro de 2022. Em janeiro de 2020, recebemos o montante de R\$31.546 referente à quarta parcela do referido aditivo. Em outubro de 2020, recebemos o montante de R\$60.269 referente a antecipação de duas parcelas desse aditivo vencíveis em janeiro de 2021 e janeiro de 2022, conforme estabelecido no referido termo aditivo.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

- (b) A redução no saldo de 2020 deve-se, basicamente, ao recebimento, em fevereiro de 2020, do valor de R\$632.257 referente ao contas a receber do mecanismo de proteção de receita registrado no ano de 2019, conforme 3º Termo Aditivo assinado em conformidade com as disposições da Comissão de Valores Mobiliários. Adicionalmente, em dezembro de 2020, foi firmado o quarto termo aditivo ao contrato de prestação de serviço de transporte ferroviário entre MRS e VALE, através do qual a VALE assumiu a obrigação de pagar à MRS indenização no valor de R\$353.539 por conta da revisão dos volumes mínimos transportados previstos no contrato original. O valor será pago em 3 parcelas, sendo R\$239.085 em 2021, R\$44.397 em 2022 e R\$106.091 em 2023. O valor presente do fluxo de pagamentos é de R\$366.560 em 31 de dezembro de 2020 sendo, R\$225.969 no circulante e R\$140.591 no não circulante. O valor de R\$239.085 foi recebido em janeiro de 2021.
- (c) Em janeiro de 2020, a Companhia recebeu a 2ª parcela do aditivo contratual firmado em 1º de novembro de 2018 entre MRS e CSN Mineração conforme mencionado na nota explicativa 10 (c) das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2018, no valor de R\$23.547. Em fevereiro de 2021, a Companhia recebeu a 3ª parcela do referido aditivo, no valor de R\$23.547.

A Companhia possui contratos de recebíveis com algumas partes relacionadas dados como garantia a empréstimos.

Exceto para as contas a receber referentes aos mecanismos de proteção de receita e aditivos contratuais, o prazo médio de recebimento das contas a receber com partes relacionadas é inferior a 13 dias.

- Passivo

1 455170		Contas a pag obrigações		Adiantar	nentos	Dividendo	s a pagar
		2020	2019	2020	2019	2020	2019
Vale S.A. Mineração Brasileiras	(d)	148.019	8.298		-	10.680	12.493
Reunidas S.A.		-	-	-	-	34.354	40.189
CSN Mineração S.A. Companhia Siderúrgica	(e) (f)	64.110	76.968	1	1	19.304	22.583
Nacional Usiminas Participações e		2.125	864	-	-	19.293	22.570
Logística S.A.		-	-	-	-	10.902	12.754
Usinas Siderúrgicas de				_			
Minas Gerais S.A.		-	-		-	273	320
Ferrovia Centro Atlântica		15.197	16.580	675	-	-	-
Gerdau Aços Longos S.A.		1	131	-	5	-	=
Gerdau S.A.		-	-	-	-	1.283	1.501
RailvestInvestmentsInc		-	-	-	-	4.243	4.964
Mitsui & Co. Ltda.	(g)	54.529	23.939	-	-	-	-
SepetibaTecon S.A.		2	-	-	-	-	-
Outros			<u> </u>	<u> </u>	<u> </u>	2.039	2.324
		283.983	126.780	676	6	102.371	119.698
Circulante		126.751	51.055	676	6	102.371	119.698
Não Circulante		157.232	75.725	-	-	-	-



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

- (d) Conforme mencionado na letra (b) desta nota, em contrapartida ao valor reconhecido no contas a receber referente à indenização pactuada noaditivo contratual firmado junto à Vale, a Companhia registrou em "Outras obrigações passivas" o valor de R\$127.474, em atendimento ao CPC 47 Receita de contrato com cliente. Este valor será apropriado mensalmente ao resultado, pelo período do aditivo, como receita de indenização. Adicionalmente, em dezembro de 2020 foi registrado contas a pagar no valor de R\$20.545 (R\$8.298 em 31 de dezembro de 2019) referente a provisão do mecanismo de proteção.
- (e) Conforme mencionado na letra (c) desta nota, em contrapartida ao valor reconhecido no contas a receber de indenização referente ao aditivo contratual firmado junto à CSN Mineração, a Companhia registrou outras obrigações passivas que em 31 de dezembro de 2020 possui o saldo de R\$64.110, em atendimento ao CPC 47 Receita de contrato com cliente. O valor reconhecido inicialmente está sendo apropriado mensalmente ao resultado, pelo período do aditivo contratual, como receita de indenização.
- (f) O contas a pagar no valor de R\$2.125 em 2020 refere-se a provisão do mecanismo de proteção de receita, a favor da CSN.
- (g) O valor de R\$54.529 (R\$23.939 em 31 de dezembro de 2019), refere-se à compra de trilhos, conforme contrato nº 70.267 /MRS/2020, adquiridos em dezembro de 2020.

- Resultado

	_	Receita de	eserviços	Outras	receitas	Receitas fi	nanceiras
	_	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Vale S.A.	(h)	1.209.596	804.493	239.160	632.283	420	193
Companhia Siderúrgica Nacional		358.857	322.072	12.129	22.672	907	176
Mineração Usiminas S.A.		174.204	143.549	-	-	16.129	19.186
CSN Mineração S.A.	(i)	639.027	742.514	44.979	15.944	10.805	10.830
Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A.		104.672	119.777	-	6	2	5
Gerdau S.A.		1.180	2.945	604	1.030	33	155
Gerdau Açominas S.A.		111.097	116.350	43	2.760	1	27
Gerdau Aços Longos S.A.		17.921	18.082	12.337	14.438	1	14
Ferrovia Centro Atlântica		66.566	55.130	4.062	3.550	-	-
Ternium Brasil Ltda.		610	7.392	-	56	1	30
Usiminas Mecânica S.A.		-	-	3.150	3	-	-
Mitsui & Co. Ltda.	(j)	-	-	-	-	6.701	980
Vallourec Soluções Tubulares do Brasil S.A		23.153	32.986	3.698	-	1	-
Confab Industrial S.A.	_	2.289	2.017			2	4
	=	2.709.172	2.367.307	320.162	692.742	35.003	31.600

(h)O valor de R\$1.209.596 registrado como "receita de serviços" refere-se à retomada no transporte no ano de 2020, após a queda em 2019, devido ao acidente de Brumadinho ocorrido naquele ano. A queda em "Outras receitas" está explicada na letra (b) desta mesma nota.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

- (i) O aumento em "Outras receitas" em 2020 deve-se ao maior volume de provisão referente ao mecanismo de proteção de receita (*take orpay*) com a CSN Mineração.
- (j) O aumento nas "Receitas financeiras" em dezembro de 2020, refere-se à variação cambial na aquisição dos trilhos, conforme mencionado na letra (g) dessa mesma nota.

	Outras despesas operacionais/financeiras		
	2020	2019	
Ferrovia Centro Atlântica	12.998	11.886	
Gerdau Aços Longos S.A(k)	6.137	2.770	
Mitsui & Co. Ltda. (g)	7.694	980	
Vale S.A.	117	901	
SepetibaTecon S.A(l)	1.876	218	
Companhia Siderúrgica Nacional	-	187	
Confab Industrial S.A.	3	3	
Ternium do Brasil Ltda.	1	1	
	28.826	16.945	

- (k) Em 2020 ocorreu aumento das compras para atividade operacional da Companhia.
- (1) O aumento em 2020 refere-se às despesas de armazenagem e despesas portuárias da importação de trilhos, informado na nota (g) anteriormente.

Pessoal chave da administração

As remunerações fixas e variáveis do pessoal chave da administração da Companhia, a qual inclui seu Presidente e Diretores, estão registradas no resultado do exercício como segue:

	Resultado		
	2020	2019	
Benefícios de curto prazo	15.370	16.635	
Benefícios pós- emprego	338	366	
Outros benefícios de longo prazo	11.226	3.060	
	26.934	20.061	

Os benefícios do pessoal chave da administração incluem remuneração fixa, programa de participação no resultado, programa de remuneração variável, plano de previdência e outros.

O crescimento dos benefícios a longo prazo em 2020, pode ser justificado pela recuperação das provisões deste benefício, visto que em 2019 o acidente de Brumadinho trouxe umaredução destas provisões.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

11. Outras contas a receber

	_	2020	2019
Valores a receber concessão e arrendamento	(a)	6.188	53.127
Valores a receber - outras vendas	(b)	5.221	5.092
Valores a receber subarrendamento	(c)	29.218	35.348
Demais contas a receber		2.414	3.644
Perdas de crédito esperadas	(d) _	(3.959)	(3.677)
	=	39.082	93.534
Circulante		8.740	8.379
Não Circulante		30.342	85.155

- (a) Os valores a receber de concessão e arrendamento contabilizados no ativo não circulante corresponde ao registro decorrente de sentença favorável em processo envolvendo o Poder Concedente sobre valores pagos a maior nas atualizações das parcelas trimestrais da concessão e arrendamento do período de outubro de 1997 a abril de 2001.
 - O detalhamento do andamento desse processo pode ser verificado na nota explicativa 11 letra (a) das demonstrações contábeis de 2019.
 - Em 21 de setembro de 2020, foi proferida decisão homologando o valor incontroverso de R\$49.132 e abrindo prazo à União para se manifestar quanto ao valor remanescente apontado pela MRS, resultante da correção monetária do saldo incontroverso até setembro de 2020. Em 9 de outubro de 2020, a Procuradoria da ANTT autorizou a compensação do valor incontroverso na próxima parcela do contrato de arrendamento.
 - Desta forma, em 15 de outubro de 2020, o valor foi efetivamente compensado na referida parcela do arrendamento.
 - Em 15 de janeiro de 2021, após autorização de compensação por parte da Procuradoria da ANTT, o saldo remanescente de R\$6.188 em 31 de dezembro de 2020 foi integralmente compensado na 95^a parcela do arrendamento e concessão.
- (b) Os valores a receber são decorrentes de venda de sucata, prestação de serviço de manutenção, aluguéis e outros valores não relacionados ao serviço de frete ferroviário.
- (c) Os subarrendamentos, registrados a valor presente no ativo circulante e não circulante, referem-se a contratos de aluguel de imóveis em que a Companhia é o arrendador intermediário de um arrendamento principal, classificado como Ativo de Direito de Uso.
- (d) O valor provisionado para perdas de créditos esperadas foi mensurado considerando a dificuldade financeira do emissor, quebra de contrato com atraso de pagamento, probabilidade de falência do devedor e devedores em processo judicial para cobrança, além da aplicação de um percentual apurado nas perdas dos últimos dois anos sobre os valores em aberto na data das demonstrações contábeis.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

A movimentação dos subarrendamentos no período foi como segue:

Subarrendamento	2020	2019
Em 1º de janeiro	46.321	99.281
Adições a contratos	3.481	4.288
Desreconhecimento de contratos (*)	(6.752)	(46.886)
Amortizações	(6.539)	(10.362)
Em 31 de dezembro	36.511	46.321
Juros a transcorrer		
Em 1º de janeiro	(10.973	(26.267)
Adições a contratos	(654)	(1.023)
Desreconhecimento de contratos (*)	2.131	11.612
Juros transcorridos	2.206	4.705
Em 31 de dezembro	(7.293)	(10.973)
Saldo líquido	29.218	35.348

^(*) O desreconhecimento de contratos deve-se, substancialmente, aos distratos ocorridos no período.

O fluxo de recebimentos futuros dos subarrendamentos, desconsiderando os juros a transcorrer, é como segue:

	2021	Em até 5 anos	Total
Subarrendamento	7.253	29.258	36.511

12. Estoques

	2020	2019
(a)	115.473	97.306
	8.186	7.603
	243	1.020
	7.777	8.292
	10.495	9.872
(b) _	(9.821)	(4.615)
_	132.353	119.478
		(a) 115.473 8.186 243 7.777 10.495 (b) (9.821)

⁽a) Referem-se aos materiais que serão utilizados em serviços de manutenção própria, principalmente em locomotivas, vagões e via permanente.

⁽b) Referem-se à provisão para perda de determinados materiais de manutenção considerados obsoletos ou de baixa rotatividade.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

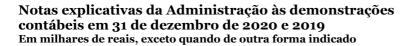
13. Tributos a recuperar

		2020	2019
Imposto sobre circulação de mercadori	as		
e serviços – ICMS	(a)	58.933	71.112
(-) Provisão para perda de ICMS	(a)	-	(17.100)
PIS/COFINS a recuperar	(b)	50.379	65.267
Imposto de renda	(c)	57.360	58.813
INSS a recuperar	(d)	5.386	5.390
Outros	_	221	224
	=	172.279	183.706
Circulante		63.638	90.863
Não circulante		108.641	92.843

- (a) Referem-se, principalmente, aos créditos decorrentes das aquisições de bens para o ativo imobilizado e das compras de insumos, líquidos de provisão para perda de créditos não recuperáveis. Em 2020, após acompanhar a utilização do saldo credor acumulado no último ano e revisão da projeção futura de receitas e débitos do imposto estadual, a provisão para perda de créditos de ICMS, constituída em anos anteriores, foi revertida por se verificar a capacidade de utilização dos referidos créditos pela Companhia dentro do prazo previsto pela legislação.
- (b) Referem-se, principalmente, aos créditos de bens do ativo fixo.
- (c) Do total de R\$57.360 em 2020, R\$24.717 é decorrente de decisão judicial favorável definitiva no processo nº 0006873-32.2009.4.02.5101, que reconheceu o direito à dedutibilidade das despesas com o Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) sem as limitações impostas pela Portaria Interministerial nº 326, Instrução Normativa nº 267/02 e outras normas infra-legais. O restante do valor, R\$32.643, refere-se ao imposto de renda retido na fonte sobre as aplicações financeiras e sobre ganhos nas operações de derivativos swap. Como os rendimentos são tributados apenas no resgate das aplicações e na liquidação dos swaps, este valor inclui a provisão de IR fonte dessas operações.
- (d) Os saldos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 referem-se basicamente a créditos tributários a recuperar de Contribuição Previdenciária (parte empresa) decorrente de decisão judicial favorável definitiva no processo nº 0092045-52.2014.4.01.3400, que afastou a exigência dessa contribuição sobre os valores pagos às cooperativas.

A composição dos créditos de ICMS nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, registrados no ativo circulante, está demonstrada a seguir:

	2020	2019
Composição créditos ICMS - circulante		
ICMS - RJ	12.668	23.689
ICMS - SP	17.061	21.416
Total circulante	29.729	45.105





14. Tributos diferidos

Os saldos tributários diferidos registrados no ativo e passivo foram apurados sobre as diferenças temporárias e estão demonstrados a seguir:

_	2020	2019	
Ativo			
Provisão contingências	201.508	180.512	
Provisões diversas	105.290	80.216	
Provisão perda ativos	14.156	8.464	
Provisão perda ICMS	-	5.814	
Provisão plano de saúde	1.357	1.304	
Outros	61		
Total ativo	322.372	276.310	
Passivo			
Amortização ajustes RTT	(120.057)	(140.219)	
Depreciação	(54.068)	(114.148)	
Instrumentos financeiros derivativos – swap (f)	(52.369)	(29.667)	
Depreciação acelerada de vagões e locomotivas	(33.064)	(52.956)	
Capitalização de juros	(105)	(105)	
P&D depreciação acelerada 2008 / 2009 / 2012 Lei			
11.196/05	(1.921)	(2.830)	
Total passivo	(261.584)	(339.925)	
Total líquido	60.788	(63.615)	

O imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre as diferenças temporárias estão previstos para serem compensados na medida da liquidação das contingências e demais adições temporárias dedutíveis.

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O valor de R\$322.372 (R\$276.310 31 de dezembro de 2019) refere-se ao ativo fiscal diferido. A Companhia estimou seu lucro tributável futuro para os próximos 5 anos e o mesmo demonstrou ser suficiente para cobrir as diferenças temporárias do ativo diferido. Desta forma, os ativos fiscais diferidos foram integralmente reconhecidos nas demonstrações contábeis de 2020.

O valor de R\$261.584 (R\$339.925em 31 de dezembro de 2019) refere-se ao passivo diferido o qual contempla a parcela de desconstituição (amortização) dos ajustes decorrentes do RTT –



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Regime Tributário de Transição. Em virtude desses ajustes a Companhia constituiu IRPJ/CSLL diferido das diferenças entre o resultado societário e fiscal, no valor de R\$241.001, o qual está sendo desconstituído pelo prazo remanescente do contrato de concessão conforme regras prescritas nos artigos 69 da Lei 12.793/14 e 174 da Instrução Normativa RFB nº 1515/14. O valor amortizado em 2020 foi de R\$20.162 (R\$20.224 em 2019), perfazendo um saldo de R\$120.057 em 31 de dezembro de 2020 (R\$140.219 em 2019).

A movimentação líquida da conta de impostos diferidos é a seguinte:

	2020	2019
Em 1º Janeiro	(63.615)	(201.095)
Depreciação	60.080	(90)
Provisões diversas	25.074	43.513
Provisão contingências	20.996	60.088
Amortização ajustes RTT	20.162	20.224
Depreciação acelerada de vagões e locomotivas	19.892	21.326
Provisão perda ativos	5.692	2.723
Instrumentos financeiros derivativos - swap	(22.702)	(8.586)
Provisão perda ICMS	(5.814)	(3.060)
P&D depreciação acelerada 2008/2009/2012 Lei		
11.196/05	909	1.316
Provisão plano de saúde	53	26
Outros	61	
Em 31 de Dezembro	60.788	(63.615)

15. Despesas antecipadas

		2020	2019
Seguros	(a)	5.625	13.121
Despesas antecipadas com pessoal		8.669	7.089
Despesas antecipadas com serviços		3.767	2.687
		18.061	22.897
Circulante		16.767	18.049
Não Circulante		1.294	4.848

⁽a) Referem-se a pagamentos antecipados de seguros. Os valores em 31 de dezembro 2020 e 2019 referem-se ao saldo ainda não amortizado. A vigência e cobertura das apólices de seguros contratadas pela Companhia estão discriminadas na nota explicativa 38.



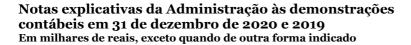
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

16. Outros ativos circulantes e não circulantes

O grupo de outros ativos circulantes e não circulantes é composto da seguinte forma:

		2020	2019
Depósitos judiciais	(a)	124.637	126.907
Adiantamentos a fornecedores	(b)	17.684	11.140
Adiantamentos a funcionários	(c)	9.628	8.960
Outros		7_	6
	=	151.956	147.013
Circulante		27.312	20.100
Não circulante		124.644	126.913

- (a) Referem-se a depósitos judiciais recursais e para garantia de execução à disposição do juízo para permitir interposição de recurso, nos termos da Lei. Os mesmos são atualizados monetariamente e ficam registrados no ativo não circulante até que haja decisão judicial. A distribuição está descrita na nota explicativa 28.1.
- (b) Correspondem aos adiantamentos concedidos a fornecedores nacionais e estrangeiros para aquisição de materiais e insumos que não correspondem ao ativo imobilizado.
- (c) Correspondem aos adiantamentos concedidos a funcionários como adiantamento de férias, empréstimos de férias e outros adiantamentos.





17. Imobilizado

17.1 Imobilizado em operação e em curso

Por natureza, o imobilizado está constituído da seguinte forma:

								2019
		Imobilizado em operação						
	Benfeitorias imóveis de terceiros	Locomotivas	Vagões	Outros	Total	Imobiliza do em andamen to	Total	Total
custo								
Em 1º de janeiro	5.101.396	2.935.369	2.743.572	619.276	11.399.613	372.672	11.772.285	11.197.252
Adições	-	-	-	-	-	964.962	964.962	720.669
Transferências	289.167	143.847	74.252	12.639	519.905	(519.905)	-	-
Reversão (provisão) baixa	77	(3.832)	(6.672)	(725)	(11.152)	-	(11.152)	(10.472)
Reclassificação direito de uso	-	-	-	-	-	-	-	(31.077)
Baixas	(28)	(4.893)	(49.474)	(5.603)	(59.998)	(16.394)	(76.392)	(104.087)
Em 31 de dezembro	5.390.612	3.070.491	2.761.678	625.587	11.848.368	801.335	12.649.703	11.772.285
Depreciação								
Em 1º de janeiro Adições	(2.227.930) (370.212)	(1.468.468) (221.470)	(1.234.877) (128.754)	(423.447) (41.993)	(5.354.722) (762.429)		(5.354.722) (762.429)	(4.759.519) (645.371)
Reclassificação direito de uso Baixas	-	1.506	-		-	-	-	2.391
Em 31 de dezembro	(2.598.137)	1.596 (1.688.342)	27.906 (1.335.725)	5.532 (459.908)	35.039 (6.082.112)	-	35.039 (6.082.112)	47.778 (5.354.721)
Valor residual líquido				-	-			
Em 31 de dezembro	2.792.475	1.382.149	1.425.953	165.679	5.766.256	801.335	6.567.591	6.417.564

A movimentação do imobilizado de 2019 encontra-se publicada na nota explicativa 16 das demonstrações contábeis de 2019.

Reversão (provisão) para baixa de ativos

Locomotivas e Vagões

Os valores de R\$3.832 e R\$6.672 referem-se à constituição de provisão para corte de locomotivas e vagões, respectivamente.

Baixas

Locomotivas e Vagões

Os valores líquidos de R\$3.297 e R\$21.568, apresentados nos grupos de locomotivas e vagões, respectivamente, são decorrentes, principalmente, das baixas dos vagões inutilizados no ano de 2020 e das baixas de componentes para locomotivas e vagões.

Imobilizado em andamento

As imobilizações em andamento estão substancialmente representadas por gastos incorridos na ampliação, recuperação e modernização da via permanente, locomotivas, vagões e sistemas de sinalização.

A baixa do imobilizado em andamento em contrapartida ao resultado de 2020 no valor de R\$16.394 refere-se, basicamente, a projetos de investimento de obras de que devido a decisão estratégica da Companhia, não serão realizados.

Custos de empréstimos capitalizados

O valor dos custos de empréstimos capitalizados no período findo em 31 de dezembro de 2020foi R\$691 (R\$187 em 31 de dezembro de 2019). A taxa utilizada para determinar o montante dos custos de financiamentos passíveis de capitalização foi de 5,56% ao ano (6,94% no ano de2019), que representa a taxa média dos financiamentos da Companhia.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Revisão de vida útil

Em atendimento ao CPC 27 – Imobilizado e ao IAS 16, a Companhia revisa anualmente a vida útil econômica dos seus principais ativos. Desta forma, conforme laudo técnico emitido por consultoria especializada, bem como publicação no Diário Oficial da União de 17 de dezembro de 2019, a partir de janeiro de 2020 a vida útil de alguns ativos e componentes foram alteradas conforme tabela abaixo:

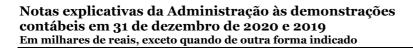
	20	20	2019	
Grupos de ativos	%	Anos	%	Anos
Via permanente Trilho Dormente	7,69% 8,33%	13 12	10,00% 10,00%	10 10
Locomotivas Tempo médio de vida útil dos componentes	14,53%	3 a 17	12,97%	4 a 18
Vagões Tempo médio de vida útil dos componentes	14,35%	2 a 17	16,81%	2 a 13

Devido à alteração da vida útil dos grupos de ativos listados acima, o impacto prospectivo foi no valor de R\$67.952.

As taxas anuais de depreciação e vida útil dos principais grupos de ativos aplicadas no ano de2020 estão demonstradas na nota explicativa 4.8.

A Companhia possui vagões e locomotivas dados em garantia de financiamentos.

O valor residual em 31 de dezembro de 2020 e 2019, dos ativos dados em garantia é de R\$578.551 e R\$579.353, respectivamente.





17.2 Direito de uso em arrendamento

A movimentação e saldo dos ativos de Direito de Uso está demonstrada abaixo:

			2020							
	Bens vinculados à concessão	Veículos	Imóveis	Equipamentos de informática	Outros	Total	Total			
Custo direito de uso										
Reconhecimento inicial	2.067.106	15.088	6.382	36.327	738	2.125.641	1.946.688			
Despesas pagas antecipadamente							163.392			
Subarrendamento	1.799	-	-	-	-	1.799	-41.004			
Adições	316.456	15.652	872	241	440	333.661	56.565			
Em 31 de dezembro	2.385.361	30.740	7.254	36.568	1.178	2.461.101	2.125.641			
Depreciação direito de uso										
Reconhecimento inicial	(252.397)	(9.766)	(1.357)	(9.178)	(325)	(273.023)	(3.100)			
Adições	(266.927)	(5.316)	(1.461)	(7.563)	(314)	(281.581)	(269.923)			
Em 31 de dezembro	(519.324)	(15.082)	(2.818)	(16.741)	(639)	(554.604)	(273.023)			
Em 31 de dezembro	1.866.037	15.658	4.436	19.827	539	1.906.497	1.852.618			

A movimentação do direito de uso em arrendamento de 2019 encontra-se publicada na nota explicativa16.2 das demonstrações contábeis de 2019.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

18. Intangível

O intangível está constituído da seguinte forma:

a) Aquisição/desenvolvimento de sistemas informatizados e software

	2020			2019	
	Sistemas informatizados e software	Projetos em andamento	Total	Total	
Custo					
Em 1º de janeiro	220.091	12,222	232.313	233.344	
Adições	-	25.752	25.752	13.289	
Transferências	4.864	(4.864)	-	-	
Reclassificação direito de uso	-		-	(3.545)	
Baixas	(67)	-	(67)	(10.775)	
Em 31 de dezembro	224.888	33.110	257.998	232.313	
Amortização			_		
Em 1º de janeiro	(194.808)	-	(194.808)	(197.257)	
Adições	(8.804)	-	(8.804)	(8.832)	
Reclassificação direito de uso	-	-	-	709	
Baixas	42	-	42	10.572	
Em 31 de dezembro	(203.570)	-	(203.570)	(194.808)	
Total	21.318	33.110	54.428	37.505	

A movimentação do intangível de 2019 encontra-se publicada na nota explicativa 17 das demonstrações contábeis de 2019.

A taxa de amortização dos ativos intangíveis, exceto a concessão, foi estimada em 20% ao ano.

b) Adiantamento concessão

O ativo intangível também é composto pela parcela referente ao adiantamento da concessão (direito de outorga) no valor de R\$9.268 em 31 de dezembro de 2020 (R\$8.339 em 2019).



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

19. Fornecedores

		2020	2019
Valores a pagar a partes relacionadas Em moeda nacional Em moeda estrangeira		92.400 268.253 10.353 371.006	49.849 184.264 190 234.303
Circulante Não circulante		331.614 39.392	197.349 36.954

- (a) O aumento verificado no saldo em dezembro de 2020 comparado com dezembro 2019 refere-se a aquisições de ativos no último mês de 2020, basicamente, locomotivas, obras de infraestrutura entre outras.
- (b) O aumento do saldo verificado em dezembro de 2020 quando comparado a dezembro de 2019, refere-se basicamente a compra de trilhos.

20. Obrigações sociais e trabalhistas

	2020	2019
PPR – Plano de Participação nos Resultados / Bônus	64.489	81.450
Provisão para férias e 13º salário	33.599	30.367
Salários a pagar	27.196	29.683
INSS	19.196	17.842
FGTS	6.599	5.365
IRRF a pagar	4.926	4.280
Outros	8.074	9.222
	164.079	178.209

21. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

	2020	2019	
Imposto de renda	159.793	170.743	
Contribuição Social	47.472	38.292	
	207.265	209.035	

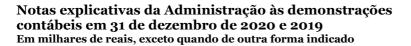


Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

22. Outras obrigações fiscais

	2020	2019	
COFINS (*)	13.614	68.546	
PIS (*)	3.235	13.941	
ICMS	21.056	13.089	
INSS retido terceiros	3.865	3.870	
ISS	2.844	2.489	
Outros	5.741	4.436	
	50.355	106.371	

^(*) A redução do saldo deve-se, basicamente, ao pagamento destes tributos decorrentes do reconhecimento dos mecanismos de proteção da receita mencionados na nota explicativa10(b) às demonstrações contábeis de 2019.





23. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos estão compostos da seguinte forma:

		2020	2019
Moeda nacional			
FINEM - BNDES	(a)	395.840	551.361
DULC - BNDES	(b)	-	101.355
FINAME e BNDES automático	(c)	8.964	17.231
Banco Safra	(d)	50.184	-
Banco Sumitomo	(e) _	102.464	
		557.452	669.947
Custos da transação		(1.489)	(1.993)
	_	555.963	667.954
Moeda estrangeira			
Banco MUFG	(f)	653.077	607.008
Ajuste de <i>hedge</i> de valor justo - Banco MUFG		2.696	10.100
		655.773	617.108
Custos da transação		(6)	(29)
		655.767	617.079
Debêntures	(g)		
7ª Emissão	•	777.731	744.376
8ª Emissão		337.884	397.620
9 ^a Emissão		677.114	661.929
		1.792.729	1.803.925
Custos da transação		(16.451)	(23.436)
		1.776.278	1.780.489
Total de empréstimos e financiamentos + custo da			
transação		2.988.008	3.065.522
Circulante		831.632	714.499
Não Circulante		2.156.376	2.351.023

(a) As operações de FINEM, contratadas de forma direta e indireta junto ao BNDES possuem taxa nominal igual à taxa efetiva e estão sujeitas a encargos de TJLP mais "spread" até 3,41% ao ano ou taxa fixa de 2,50% ao ano até 5,50% ao ano. Estes financiamentos serão utilizados para cobrir gastos que visam à redução do número de acidentes, a melhoria do ciclo operacional e a aquisição de material rodante, além da construção de passarelas, viadutos, passagens inferiores e projetos sociais. O prazo final de amortização desses contratos é 15 de junho de 2024. Essas operações têm como garantia recebível de contratos comerciais que perfazem, no mínimo, 130% do serviço da dívida, alienação fiduciária dos bens financiados e direitos emergentes. Em 2019 ocorreu uma captação no montante de R\$140.000, com taxa



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

nominal de TLP +3,00% ao ano,porém, em setembro de 2020, liquidou a última parcela de amortização no montante de R\$ 11.692.

O saldo devedor desta modalidade apresenta-se menor em 2020 comparado com 2019 porque no último trimestre de 2020 a MRS optou em antecipar amortização no total de R\$81.810, de contratos que apresentavam maiores taxas de financiamentos.

- (b) O DULC, operação direta com o BNDES, possuía taxa nominal igual à taxa efetiva e estava sujeito a encargos de TJLP mais "spread" de até 2,06% ao ano ou taxa fixa de 4,50% ao ano. Esta operação tinha como objetivo financiar projetos de gargalos logísticos, de expansão da via permanente, de modernização e recuperação de ativos, de confiabilidade de infraestrutura, além de compras de locomotivas e projetos sociais. O prazo final de amortização desses contratos era 15 de junho de 2023, porém em outubro de 2020, a Companhia resolveu por antecipar o pagamento do principal no valor de R\$76.611. A garantia deste contrato era composta por recebíveis de contratos comerciais que perfaziam, no mínimo, 130% do serviço da dívida e direitos emergentes da concessão.
- (c) O FINAME e o BNDES automático são financiamentos com recursos do BNDES, repassados à Companhia de forma indireta via instituições financeiras, com taxa nominal iguais à taxa efetiva. Os FINAME's tiveram como finalidade a aquisição de vagões e locomotivas, enquanto a linha do BNDES automático financiou projeto de inovação tecnológica que prevê a redução do consumo de combustível nas locomotivas. Esses financiamentos estão sujeitos a encargos de TJLP mais "spread", equivalente a uma TIR (taxa interna de retorno) de 9,70% ao ano ou taxa fixa de 4,50% ao ano. O prazo final de amortização desses contratos é 15 de janeiro de 2022. Estas operações possuem como garantia a alienação fiduciária dos bens financiados. Ao longo de 2020 não ocorreram captações dessas modalidades de crédito e as amortizações foram de R\$ 8.236.
- (d)O financiamento junto ao Banco Safra refere-se a uma captação realizada em junho de 2020, no valor total de R\$50.000, na modalidade de CCB (Cédula de Crédito Bancário), com prazo de vencimento de 3 anos, a um custo de CDI+2,75%a.a. Nessa operação não há garantias contratuais e o objetivo da captação é suportar a necessidade de caixa da Companhia no curto e médio prazo.
- (e) O financiamento junto ao Banco Sumitomo refere-se a uma captação realizada em junho de 2020, no valor total de R\$100.000, na modalidade de CCB (Cédula de Crédito Bancário), com prazo de vencimento de 2 anos, a uma taxa de CDI+2,40%a.a. Nessa operação não há garantias contratuais e o objetivo da captação foi suportar a necessidade de caixa da Companhia no curto e médio prazo.
- (f) Os financiamentos junto ao Banco MUFG possuem taxa fixa nominal igual à taxa efetiva. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía três (3) captações ativas, sendo a primeira delas, contratada e desembolsada em maio de 2017, com juros de 2,49% ao ano no primeiro



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

ano e, de 2,59% ao ano, nos anos seguintes até o final do contrato e, a segunda contratada e desembolsada em agosto de 2018, com juros de 4,82% ao ano, no primeiro ano e, de 4,59% ao ano para os demais, com a terceira delas, contratada e desembolsada em abril de 2019, com juros de 3,37% ao ano, nos primeiros seis meses, e de 3,49% ao ano, para os seis meses seguintes. Essas captações em dólar tiveram como objetivo o reforço do caixa da Companhia para os investimentos realizados. A Companhia não constituiu garantia para estes contratos e o prazo final de amortização é maio de 2020 para o firmado em 2017, agosto de 2023 para o desembolsado em 2018 e abril 2020 para o desembolsado em 2019. As captações vencidas em abril e maio de 2020 foram liquidadas no vencimento, nos montantes de US\$ 25.000 (R\$95.500) e US\$ 75.000 (R\$244.905) respectivamente.

Em junho de 2020 ocorreram novas captações, no montante de (Iene) JPN\$7.723.200 em 3 operações distintas, via 4131, a uma taxa de câmbio de R\$0,0453, perfazendo em moeda local, o total deR\$350.000. Tiveram início em 9 de junho, sendo a primeira com prazo de vencimento de 1 ano, a uma taxa de 0,99% a.a., no montante de R\$150.000. A segunda operação, com prazo de vencimento de 2 anos, a uma taxa de 1,25% a.a., no montante de R\$50.000. E, por fim, a terceira operação, com prazo de vencimento de 3 anos, a uma taxa de 1,39%a.a., no montante de R\$\$150.000. As captações em moeda estrangeira tiveram como objetivo o reforço do caixa da Companhia para os investimentos realizados. A Companhia não constituiu garantia para estes contratos. Para todas as captações em moeda estrangeira foram contratadas operações de hedge visando proteção cambial.

(g) Debêntures:

• 7^a Emissão

Em 15 de fevereiro de 2015, a Companhia emitiu R\$550.726 em debêntures, sendo R\$336.340 relativos à 1ª série da emissão e R\$214.386 relativos à 2ª série da emissão. Devido à correção do valor da emissão prevista na escritura entre a data de emissão e a data de liquidação o total desembolsado foi de R\$555.003.

A emissão ocorreu nos termos da Instrução CVM nº 400, tendo sido emitidas 550.726 debêntures simples não conversíveis em ações, de espécie quirografária, com o valor unitário de R\$1. Os recursos obtidos com a emissão foram utilizados integralmente para financiar os projetos de revitalização da via permanente e expansão do projeto de comunicação CBTC (Communication BasedTrainControl), aprovados e considerados prioritários pelo Ministério dos Transportes, razão pela qual as debêntures contam com benefícios de isenção tributária de acordo com a Lei nº 12.431.

A primeira série dessa emissão possui prazo de 7 anos, com amortização no $6^{\rm o}$ e $7^{\rm o}$ ano e está sujeita a uma taxa de IPCA + 5,9828% ao ano. Já a segunda série da emissão, possui prazo de 10 anos, com amortização no $8^{\rm o}$, $9^{\rm o}$ e $10^{\rm o}$ ano e a sua taxa de juros é de IPCA + 6,4277% ao ano. O pagamento dos juros das duas séries é anual.

No dia 6 de abril de 2016, a Assembleia Geral de Debenturistas da 7ª emissão de debêntures da MRS deliberou pelo não vencimento antecipado das debêntures, pela renúncia da hipótese das debêntures virem a ter sua classificação de risco rebaixada em dois notches, em relação à classificação de risco das debêntures na data de emissão, até a data de 15 de fevereiro de 2024 e pelo pagamento de prêmio (flat), incidente sobre o valor nominal unitário devidamente atualizado, equivalente a 4,35% para as debêntures da 1ª Série e 5,35% para as debêntures da 2ª Série. Os prêmios foram pagos no dia 15 de abril de 2016, com base no valor nominal unitário atualizado do dia 14 de abril de 2016.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

8^a Emissão

Em 13 de dezembro de 2017, a Companhia realizou sua 8ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, via Instrução CVM 476. Foram emitidas 40 mil debêntures, em duas séries, quais sejam 2ª e 3ª, totalizando uma captação de R\$400.000, sendo R\$217.960 alocados na 2ª série e R\$182.040 na 3ª série. A emissão poderia ter sido realizada em até 3 séries, mas, após procedimento de *bookbuilding*, foi definida a emissão apenas da 2ª e 3ª séries, com o cancelamento da 1ª série.

A 2^a série desta emissão foi colocada a mercado, com juros de 108,30% do CDI ao ano, definido após procedimento de *bookbuilding*, pagos semestralmente, com prazo de 5 anos e amortização no 4^o e 5^o ano.

A 3ª série foi destinada exclusivamente aos debenturistas detentores dos papéis da 6ª emissão de debêntures da Companhia, no âmbito de operação de *Tender Offer*. Os debenturistas da 6ª emissão que aderiram ao *Tender Offer* venderam suas debêntures para a Companhia pelo valor na curva e adquiriram os papéis da 8ª emissão | 3ª série, destinada exclusivamente a estes investidores. A 3ª série da 8ª emissão foi emitida a uma taxa fixa de 109,50% do CDI ao ano, pagos semestralmente, com prazo de 5 anos e amortização no 3°, 4° e 5° ano.

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com esta emissão, foram utilizados para reforço do seu capital de giro e alongamento do perfil da sua dívida.

• 9^a Emissão

Em 15 de abril de 2019, a Companhia realizou sua 9ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, via Instrução CVM 476. Foram emitidas 65 mil debêntures, em duas séries, quais sejam 1ª e 2ª, totalizando uma captação de R\$650.000 mil, sendo R\$367.150 alocados na 1ª série e R\$282.850 na 2ª série.

A 1ª série foi colocada a mercado, com juros de IPCA+4,095%a.a., definidos após procedimento de *bookbuilding*, pagos semestralmente, com prazo de 5 anos e amortização no último ano.

A 2ª série foi colocada a mercado, com juros de 106,4% do CDI a.a., definidos após procedimento de *bookbuilding*, pagos semestralmente, com prazo de 5 anos e amortização no 4º e 5º anos.

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com esta emissão foram utilizados para projetos de investimentos, reforço do seu capital de giro e alongamento do perfil da sua dívida.

O fluxo de amortização dos financiamentos não circulantes é como segue:

	2022	2022	2024	Após	Total
	2022	2023	2024	2024	Total
FINAME	2.743	255	-	-	2.998
FINEM	91.784	24.682	24.484	131.545	272.495
Debêntures	394.595	237.260	627.027	95.835	1.354.717
Banco MUFG	139.572	248.756	-	-	388.328
CCB	100.000	50.000			150.000
	728.694	560.953	651.511	227.380	2.168.538



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Em 31 de dezembro 2020, os custos de transação das captações de recursos estavam apresentados da seguinte forma:

	Circulante	Não circulante					Total
	2021	2022	2023	2024	Após 2025	Total	CP + LP
DULC	132	110	44	-	-	154	286
FINEM	285	188	119	113	497	917	1.202
FINAME	1	-	-	-	-	-	1
Debêntures	5.365	3.116	2.888	5.003	80	11.087	16.452
Banco MUFG	1	2	2			4	5
	5.784	3.416	3.053	5.116	577	12.162	17.946

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o montante dos custos de transações incorrido em cada processo de captação foi:

	2020	2019
FINEM	11.692	140.000
	•	•
(-) custos de captações	75	(1.232)
% custos/Valor captação	0,64%	(0,88%)
Banco SAFRA	50.000	_
(-) custos de captações	184	_
% custos/Valor captação	0,37%	-
Banco MUFG	350.000	95.500
(-) custos de captações	11.466	(29)
% custos/Valor captação	3,28%	(0,03%)
Debêntures 9ª emissão	-	650.000
(-) custos de captações	-	(5.890)
% custos/Valor captação	-	(0,91%)

Condições restritivas financeiras (covenants)

Os contratos de empréstimos e financiamentos têm cláusulas restritivas relativas à manutenção de índices financeiros. Todos os *covenants* foram atendidos em 31 de dezembro de 2020. As debêntures emitidas pela Companhia também possuem cláusulas restritivas relativas à manutenção de índices financeiros, que foram cumpridos em 31 de dezembro de 2020. As debêntures da 7ª emissão possuem cláusulas de manutenção de rating mínimo de classificação de risco atribuível pela *Standard and Poor's* e, que também foram atendidas no período informado. As debêntures da 8ª e 9ª emissão não possuem cláusulas de manutenção de rating mínimo de classificação de risco.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

24. Arrendamento mercantil

Os arrendamentos mercantis referentes aos direitos de uso da Companhia foram agrupados de acordo com sua natureza em:

<u>Bens vinculados à concessão</u>: contrato com a União referente aos bens necessários à operação e manutenção das atividades de transporte ferroviário de carga.

Máquinas e equipamentos, veículos: aluguel de plataforma aérea, empilhadeira, veículos e demais.

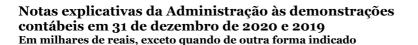
Imóveis: locação de áreas, salas comerciais, garagens, edificações e outros.

<u>Equipamentos de informática</u>: equipamentos de informática, eletrônicos e *software*.

Outros: container e outros.

A movimentação e saldo dos arrendamentos mercantis estão demonstrados a seguir:

	2020						2019
	Bens vinculados à concessão	Veículos	Imóveis	Equipamentos de informática	Outros	Total	Total
Arrendamento a pagar							
Reconhecimento inicial	2.428.011	6.185	6.810	22.490	560	2.464.056	2.767.122
Adições		17.616	684	-	452	18.752	4.968
Remensuração por							
atualização monetária	398.776	-	173	-	46	398.995	70.437
Pagamentos	(377.175)	(5.676)	(1.662)	(14.198)	(429)	(399.140)	(378.471)
Em 31 de dezembro	2.449.612	18.125	6.005	8.292	629	2.482.663	2.464.056
Juros a transcorrer							
Reconhecimento inicial	(553.100)	(600)	(1.243)	(2.277)	(44)	(557.264)	(698.461)
Adições/(Reversões) Remensuração por		(1.964)	(109)	(100)	(44)	(2.217)	(2.219)
atualização monetária	(82.320)	_	114	_	(5)	(82.211)	(16.545)
Juros transcorridos	149.139	577	415	1.852	34	152.017	159.961
Em 31 de dezembro	(486.281)	(1.987)	(823)	(525)	(59)	(489.675)	(557.264)
Valor residual líquido							
Em 31 de dezembro	1.963.331	16.138	5.182	7.766	570	1.992.988	1.906.792
Circulante	301.691	7.099	1.502	7.266	355	317.913	256.034
Não Circulante	1.661.640	9.039	3.680	500	215	1.675.075	1.650.758





O fluxo de pagamentos futuros dos arrendamentos mercantis é como segue:

2020

	2021	Em até 5 anos Longo prazo	Total
Bens vinculados à concessão	448.689	2.000.923	2.449.612
Veículos	8.526	9.599	18.125
Imóveis	1.696	4.309	6.005
Equipamentos de informática	7.778	514	8.292
Outros	394	235	629
	467.083	2.015.580	2.482.663

2019

	2020	Em até 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Bens vinculados à concessão	381.941	1.798.527	247.543	2.428.011
Veículos	2.875	3.310	0	6.185
Imóveis	1.677	4.513	620	6.810
Equipamentos de informática	14.206	8.284	0	22.490
Outros	368	192	0	560
	401.067	1.814.826	248.163	2.464.056

25. Instrumentos financeiros

Operações com instrumentos financeiros

O cálculo do valor justo de aplicações (Equivalentes de caixa e Caixa restrito), segue a seguinte metodologia: para aplicações com carência inferior ou igual a 60 dias, considera-se o valor justo como sendo o próprio valor original. Caso a carência seja superior a 60 dias, calcula-se a rentabilidade pela taxa de juros contratada até o fim da carência, descontando-se, a seguir, por uma taxa mais elevada, equivalente a 110% da taxa contratada, o que representa uma penalidade pela eventual saída da aplicação no período de não liquidez.

O valor justo de empréstimos e financiamentos é baseado em premissas de mercado, o cálculo segue a seguinte metodologia: para operações que possuem cotação pública de mercado para a taxa de juros de referência, calcula-se o fluxo até o vencimento com a taxa contratual e, em seguida, desconta-se pela taxa atualizada constante da fonte pública. Para os empréstimos e financiamentos que não têm fonte pública de taxa de juros, depois de calcular o fluxo até o vencimento com a taxa contratual, desconta-se pela taxa de juros de operações semelhantes em termos de risco e prazo. Eventualmente, no caso de dificuldade em identificar financiamentos comparáveis, a taxa de desconto é determinada através de consulta a instituições financeiras.

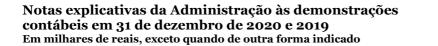


Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis de todas as operações com instrumentos financeiros realizadas pela Companhia, que divergem dos seus valores justos:

	2020	0	2019		
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
Ativos					
Contas a receber de clientes	667.245	618.958	1.074.904	1.041.496	
Passivos Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	655.773	674.003	617.108	617.452	

O cálculo do valor justo dos empréstimos considera a cotação de mercado das respectivas operações, com exceção daquelas que: (i) não contam com mercado líquido de referência ou (ii) cuja liquidação (valor de saída) possa ser feita sem haver penalização. Para estes casos, o valor justo coincide com o valor na curva.



2020

VJR/operações



2019

VJR/operações

Classificação dos instrumentos financeiros

A seguir apresentamos os valores contábeis de todas as operações com instrumentos financeiros realizadas pela Companhia e sua respectiva classificação.

	Custo amortizado	VJR	usadas para hedge	Total	Custo amortizado	VJR	usadas para hedge	Total
Ativos Caixa e equivalentes de caixa		1.206.484	_	1.206.484		668.264	_	668.264
Caixa restrito	_	-	_	-	_	2.033	_	2.033
Contas a receber e outras								
contas a receber	706.327	-	-	706.327	1.168.438	-	-	1.168.438
Ganhos em operações com instrumentos financeiros								
derivativos – swap/NDF	_	_	143.681	143.681	_	_	96.344	96.344
Total	706.327	1.206.484	143.681	2.056.492	1.168.438	670.297	96.344	1.935.079
								,,,
			2020 VJR/operações		· -		VJR/operações	
	Custo		usadas para		Custo		usadas para	
	amortizado	VJR	hedge	Total	amortizado	VJR	hedge	Total
Passivos								
Fornecedores	371.006	_	_	371.006	234.303	_	_	234.303
Empréstimos e	3/1.000			3/1.000	234.303			234.303
financiamentos em R\$	557.452	-	-	557.452	669.947	-	-	669.947
Empréstimos e								
financiamentos em USD	653.077	-	-	653.077	607.008	-	=	607.008
Debêntures	1.792.729	-	-	1.792.729	1.803.925	-	-	1.803.925
Perdas em operações com								
instrumentos financeiros								
derivativos – <i>swap/</i> NDF Ajuste em <i>Hedg</i> e de Valor	-	-	10.570	10.570	-	-	12.277	12.277
Justo - Banco de MUFG								

<u>Instrumentos financeiros derivativos</u>

Total

A Companhia detém instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas estrangeiras e de taxa de juros.

3.387.530

3.315.183

13.266

A política contábil para registro das operações com instrumentos financeiros derivativos estão descritas na nota explicativa 4.3 (v) destas demonstrações.

Os instrumentos financeiros derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Desta forma, as operações de *swap* que em 31 de dezembro de 2020 apresentavam saldo líquido a receber no valor de R\$133.111 (R\$84.067 em 31 de dezembro 2019), tiveram suas variações contabilizadas no resultado.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

A Companhia documentou tal relação de *hedge* como *Hedge* de Valor Justo após testes comprovarem que é esperado que o *hedge* seja altamente eficaz na compensação do valor justo do objeto de *hedge*. A efetividade é mensurada a partir de testes de eficácia prospectiva, avaliada pelo método estatístico de redução da volatilidade. O *hedge* é considerado eficaz quando o quociente de eficácia do teste prospectivo resultar em valor igual ou maior que 80%.

A partir da designação do *swap* para *Hedge* de Valor Justo, a variação do valor justo do *hedge* permanece sendo registrada no resultado financeiro, porém no mesmo momento é verificada a variação do valor justo do risco atribuível do objeto de *hedge* designado que é registrado no passivo como contrapartida no resultado financeiro.

	Objeto de <i>Hedge</i> de valor justo			
	2020	2019		
Dívida	653.077	607.008		
Ajuste de <i>Hedge</i> de Valor Justo	2.696	10.100		
	Impacto no result	tado financeiro		
	2020	2019		
Receita financeira				
Ajuste de <i>Hedge</i> de Valor Justo	16.370	626		
<u>Despesa financeira</u>				
Ajuste de <i>Hedge</i> de Valor Justo	(8.966)	(6.875)		
Resultado financeiro líquido (a)	7.404	(6.249)		

⁽a) Para todos os contratos junto ao banco MUFG foram contratadas operações de *hedge accounting*, ocasionando no equilíbrio do resultado financeiro líquido.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Derivativo designado para <i>Hedge</i> de Valor Justo	Valor de referência (nocional)		Valor just	o
Tipo de contrato	2020	2019	2020	2019
Contratos de <i>swap</i> (dólar fixo para real CDI)				_
Posição ativa				
Dólar Fixo	206.000	546.405	276.091	617.451
Posição passiva				
Real CDI	206.000	546.405	(207.318)	(551.924)
			68.773	65.527
Contratos de <i>swap</i> (Iene fixo para real CDI)				
Posição ativa				
Iene Fixo	350.000	-	397.912	-
Posição passiva				
Real CDI	350.000	-	(371.388)	_
		_		
		_	26.524	65.527
Total dos contratos de <i>swap</i>		=	95.297	65.527
Provisão de IR sobre ganhos				
swap		_	(15.621)	(10.185)
m . 1 1				
Total dos contratos de <i>swap</i>			50 6 5 6	55 0.40
líquidos de IR		=	79.676	<u>55.342</u>
<u>Classificados</u>				
No ativo circulante			26.585	51.645
No ativo não circulante			56.615	4.702
No passivo circulante			(3.524)	(1.005)
		_	79.676	55.342

Derivativos não designados	Valor de re (nocio		Valor justo	
Tipo de contrato	2020	2019	2020	2019
Contratos de <i>hedge</i>				_
Posição ativa				
Dólar Fixo (dólar fixo para real CDI)	-	-	-	_
IPCA (IPCA para CDI)	367.150	367.150	432.952	407.335
Euro variável para dólar fixo	-	-	-	_
Dólar variável para real fixo	23.016	-	23.751	-
Posição passiva				





Real CDI (dólar fixo para real CDI) CDI (IPCA para CDI)	- 367.150	- 367.150	- (368.977)	- (371.429)
Euro variável para dólar fixo	-	-	(00.0(0)	-
Dólar variável para real fixo	23.016	-	(22.969)	
Total dos contratos de <i>hedge</i>			64.757	35.906
Provisão de IR sobre ganhos swap/NDF			(11.322)	(7.181)
17			(11,322)	(/.101)
Total dos contratos de swap/NDFlíquidos de IR			<u>53.435</u>	28.725
Classificados				
No ativo circulante			655	_
No ativo não circulante			59.826	39.997
No passivo circulante			(7.046)	(11.272)
			53.435	28.725

A Companhia conta com instrumentos derivativos de *swap* e NDF (contrato a termo de dólar). Para a ponta ativa do swap, atrelada a uma taxa fixa mais variação cambial do dólar ou iene, é calculado o valor pela taxa contratual até o vencimento e depois descontado pela taxa de cupom cambial correspondente ao prazo restante, compreendido entre o vencimento e a data atual. Finalmente, o valor resultante deste cálculo é convertido pela taxa de câmbio atual.

Para a ponta passiva, que está atrelada a um determinado percentual de CDI, calcula-se o valor até ovencimento aplicando este percentual. Em seguida, desconta-se este resultado à taxa de 100% do CDI até a data atual

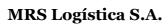


Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

		2020			2019	
Descrição	Valor Nocional	Valor Justo	Vencimentos	Valor Nocional	Valor Justo	Vencimentos
Contratos de "swap"						
Posição ativa Moeda estrangeira IPCA	556.000 367.150	674.003 432.952	Até	546.405 367.150	617.451 407.335	Abr/20 Até
Posição passiva Taxas (pós)	923.150	947.682	Abr/24	913.555	923.353	Abr/24
Contratos de "NDF"						
Posição ativa						
Moeda estrangeira	23.016	23.751	Jan/21	-	-	
Posição passiva			-			-
Moeda estrangeira	23.016	22.969		-	-	

Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia estão distribuídos entre as seguintes contrapartes:

Instituição Contratos de s	MRS Recebe wap	MRS Paga	Data de Início	Data de Vencimento	Valor Nocional Contratado	Valor Justo 2020(R\$) Ativa	Valor Justo 2020 (R\$) Passiva	Resultado Bruto (R\$) Ativa – Passiva (*)
Banco MUFG	Iene+ 1,131%	CDI+1,75%	09/06/20	09/06/21	R\$150.000	170.276	154.366	15.910
Banco MUFG	Iene+ 1,42%	CDI+2,40%	09/06/20	09/06/22	R\$50.000	56.890	52.994	3.896
Banco MUFG	Iene+ 1,58%	CDI+2,75%	09/06/20	09/06/23	R\$150.000	170.744	164.027	6.717
Banco MUFG	USD+ 4,59%	106%,5% do CDI	27/08/18	23/08/23	R\$206.000	276.091	207.318	68.773
	IPCA+4,0	100,64% do			_			
Banco Mizuho Banco JP	95% IPCA+4,0	CDI 100,64% do	30/04/19	15/04/24	R\$100.000	117.922	100.498	17.424
Morgan	95%		30/04/19	15/04/24	R\$267.150	315.030	268.479	46.551
Total					_	1.106.953	947.682	159.271





Instituição	Data de Início	Data de Vencimento	Valor Nocional Contratado	Valor Justo (R\$) Ativa	Valor Justo (R\$) Passiva	Resultado Bruto (R\$) Ativa – Passiva (*)
Contratos de NDF						
Sumitomo	17/12/20	20/01/21	USD 1.579	8.192	7.990	202
Sumitomo	10/12/20	20/01/21	USD 1.500	7.780	7.600	180
Sumitomo	10/06/20	20/01/21	USD 1.500	7.780	7.379	401
Total				23.751	22.969	783

(*) Valores brutos de Imposto de Renda Retido na Fonte de R\$26.943, totalizando uma posição líquida de derivativos de R\$133.111 (R\$ 84.067 em 31 de dezembro de 2019)

Instrumentos financeiros não derivativos

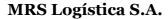
A Companhia ao mensurar o valor justo de seus instrumentos financeiros, avalia o risco de crédito de suas contrapartes e o seu próprio risco de crédito.

25.1. Hierarquia do valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros:

- Nível 1: Instrumentos financeiros que possuem dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2: Instrumentos financeiros que possuem dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3: Instrumentos classificados como Nível 3 são os que possuem dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia, com saldo líquido a receber de R\$133.111 em 31 de dezembro de 2020, bem como os instrumentos financeiros associados ao caixa (incluindo caixa e equivalentes de caixa) foram classificados no Nível 2 para hierarquia de valor justo. Não existem instrumentos financeiros classificados no Nível 3 e Nível 1 na Companhia.





No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 não ocorreram transferências entre os níveis.

	2020		2019		
	Valor justo	Nível	Valor justo	Nível	
Ativos (Passivos) Instrumentos financeiros derivativos					
ativos Instrumentos financeiros derivativos	143.681	2	96.344	2	
passivos	(10.570)	2	(12.277)	2	
Caixa restrito	-	2	2.033	2	

25.2. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

Os principais passivos financeiros da Companhia, que não sejam derivativos, referem-se a empréstimos, fornecedores e outras contas a pagar. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações da Companhia. A Companhia possui empréstimos e outros créditos, contas a receber de clientes e outras contas a receber e depósitos à vista e de curto prazo que resultam diretamente de suas operações. A Companhia também contrata transações com derivativos.

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

A alta Administração supervisiona a gestão desses riscos e conta com o suporte de um comitê financeiro do Conselho de Administração, contribuindo assim, para a manutenção de uma estrutura de governança em riscos financeiros adequada para a Companhia.

O comitê financeiro recomenda ações à alta Administração da Companhia para que as atividades em que se assumem riscos financeiros sejam regidas por políticas e procedimentos apropriados, e aprovadas pelo Conselho de Administração. Todas as atividades com derivativos têm por finalidade a gestão de risco, não havendo quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos. A política para gestão de risco financeiro é revisada e aprovada anualmente pelo Conselho de Administração.

O comitê financeiro revisa e estabelece políticas para gestão de cada um desses riscos, tendo como principal objetivo reduzir a diferença financeira ou econômica, inesperada, que possa impactar tanto o resultado da Companhia quanto o seu fluxo de caixa esperado. Como objetivo secundário, busca-se minimizar a probabilidade de: (i) exigência inesperada de captações adicionais de recursos; e (ii) que as métricas da MRS violem *covenants* financeiros já assumidos.

Como mecanismo central de gestão de riscos, os controles internos utilizados pela Administração da Companhia estão concentrados no acompanhamento do percentual da dívida indexada em moeda estrangeira que se encontra protegida por instrumentos financeiros derivativos. Por esta razão, a maior parte da exposição ao risco cambial da Companhia tem sido coberta por contratos de *swap*.

Adicionalmente, a Companhia, não só acompanha o resultado dessas operações por meio do seu valor justo, como também traça cenários de deterioração das variáveis relevantes de mercado, avaliando situações de *stress* e respectivos impactos financeiros.

25.3. Política de utilização dos instrumentos financeiros derivativos



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

A Companhia tem como política a mitigação de sua exposição aos riscos de mercado, procurando reduzir o impacto financeiro de flutuações nas taxas de câmbio e de juros. Tal política é implementada através do acompanhamento estratégico da exposição de seus ativos e passivos a essas variáveis, conjuntamente com a contratação de operações de derivativos que permitam o controle dos riscos envolvidos.

As operações com derivativos, basicamente, se dão por meio de *swap* de taxa de câmbio versus percentual do CDI, todas contando com bancos de primeira linha como contraparte e envolvendo taxas prefixadas em moeda estrangeira, não existindo depósito de margem em garantia. Destaca-se que a totalidade das contratações de derivativos tem como finalidade a redução de exposição a riscos, não havendo posições especulativas.

25.4. Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser de *commodities* e de ações, entre outros, os quais são detalhados abaixo. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a pagar, depósitos, instrumentos financeiros disponíveis para venda e mensurados ao valor justo por meio do resultado e instrumentos financeiros derivativos.

(a) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros advém da possibilidade da Companhia estar sujeita a perdas financeiras provocadas por alterações nas taxas de juros em que possui exposição.

A Companhia possui passivos relevantes atrelados a taxas de juros locais pós-fixadas como CDI, TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo, TLP e IPCA.

Os riscos associados ao CDI, à TJLP e ao IPCA são avaliados por análise de sensibilidade. Essa análise pressupõe cenários razoavelmente possíveis, foi considerada a valorização de 25% e 50% nas taxas de juros de mercado. No cenário I as taxas são aumentadas em 25% e no cenário II em 50% em relação às taxas do cenário provável elencado pela Companhia, utilizando a perspectiva de mercado para o fechamento de 2020, tendo como base o relatório de mercado FOCUS divulgado pelo Banco Central do Brasil em 31 de dezembro de 2020, além da TJLP e TLP na mesma data.

Na tabela abaixo, é possível notar que, na data-base de 31 de dezembro de 2020, o aumento de 50% tanto do CDI quanto da TJLP (cenário II), representa uma perda próxima a 2,7% (em 2019 a perda foi inferior a 5%) de aumento da posição passiva líquida, aproximadamente, R\$29.004 (R\$25.744 em 31 de dezembro de 2019), quando comparado ao cenário provável, motivo pelo qual a Companhia decidiu não utilizar instrumentos derivativos para minimizar esta exposição.





	Base 2020	Provável	Cenário I	Cenário II
CDI	4,00%	1,90%	2,38%	2,85%
TJLP	5,57%	4,94%	6,18%	7,41%
TLP	6,76%	6,53%	8,16%	9,80%
IPCA	4,21%	4,38%	5,48%	6,57%
<u>Passivo</u>	2.200,6	2.282,9	2.302,6	2.323,3
Dívida em TJLP	23,3	24,5	23,9	24,3
Dívida em TLP	230,2	245,2	249,0	252,8
Dívida em CDI	776,3	791,1	794,8	798,5
Dívida em IPCA	1.170,8	1.222,1	1.234,9	1.247,7
Ativo	1.198,7	1.221,4	1.227,1	1.232,8
Aplicações	1.198,7	1.221,4	1.227,1	1.232,8
Posição Líquida Descoberta	1.001,9	1.061,5	1.075,5	1.090,5

	Valor contábil			
	2020	2019		
Instrumentos de taxa fixa Passivos financeiros	957.227	880.834		
Instrumentos de taxa pós fixada				
Ativos financeiros	1.206.484	670.297		
Passivos financeiros	2.050.494	2.210.146		

(b) Risco de taxa de câmbio

Os resultados da Companhia estão suscetíveis a variações significativas em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre os passivos atrelados a uma moeda diferente de sua moeda funcional.

Em especial, sua exposição ao risco de moeda (risco cambial) concentra-se nas compras e empréstimos denominados, basicamente, em dólar norte-americano e Iene Japonês, que encerraram o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 com variação positiva em 29,33% e 35,74%, respectivamente (8,42% e 5,33% positivas em 31 de dezembro de 2019, respectivamente).





	2020	2019
Ativos em moeda estrangeira		
Importações em andamento	35.170	1.769
Adiantamento a fornecedores	27.307	132
Instrumentos financeiros de swap/NDF	696.201	617.451
	758.678	619.352
Passivos em moeda estrangeira		
Fornecedores	(10.353)	(190)
Empréstimos e financiamentos	(655.773)	(617.108)
	(666.126)	(617.298)
Exposição líquida	92.552	(2.054)

A seguir, apresentam-se as variações nos ativos e passivos da Companhia atrelados à taxa de câmbio, decorrentes da aplicação dos cenários de *stress*. Optou-se por manter a ponta ativa do *swap* separada, de modo a deixar o efeito do derivativo mais evidente.

As análises de sensibilidade nas seguintes seções referem-se à posição em 31 de dezembro de 2020 e buscam simular de que forma um *stress* nas variáveis de risco pode afetar a Companhia, considerando cenários razoavelmente possíveis. O primeiro passo foi à identificação dos principais fatores que têm potencial de gerar prejuízos nos resultados, que se resumiu à taxa de câmbio. A análise partiu de um cenário base, representado pelo valor contábil das operações, ou seja, considerando a taxa de venda de 31 de dezembro de 2020 e os juros acumulados no período. Adicionalmente, foram traçados três cenários, o provável, o II com deterioração de 25% e, o III, com deterioração de 50%, na variável de risco.

Para realizar a análise, a Companhia utiliza como premissa do cenário provável a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2020-divulgada no último Relatório Focus - Bacen. A partir da taxa de câmbio provável, são gerados os cenários de deterioração de 25% e 50% da variável de risco.

A tabela abaixo representa a análise de sensibilidade envolvendo o efeito líquido resultante destes choques nas taxas de câmbio para o ano de 2020.





Risco de apreciação do Dólar - 2020

R\$ milhões

Operação	Cenário Provável I	Cenário II	Cenário III
<i>Hedge</i> - Ponta Ativa de <i>Swap</i>	3,076	75,741	151,482
Dívida em US\$	(2,879)	(70,904)	(141,808)
Risco líquido da operação no aumento US\$	0,196	4,837	9,674

	Exposição	Exposição provável	Real	Taxa esperada	Imp	acto
	(R\$ milhões)	(R\$ milhões)			25%	50%
Ponta Ativa de <i>Swap</i>	299,9	303,0	5,20	5,25	6,56	7,88
Dívida em Dólar	(303,8)	(306,9)	5,20	5,25	6,56	7,88

Estas transações estão primariamente denominadas em Real e Dólar.

R\$ milhões

Operação	Cenário Provável I	Cenário II	Cenário III
Hedge - Ponta Ativa de Swap	0,552	99,616	199,232
Dívida em Iene	(0,521)	(93,889)	(187,779)
Risco líquido da operação no aumento Y\$	0,032	5,727	11,453

	Exposição	Exposição provável	Real	Taxa esperada	Imp	acto
	(R\$ milhões)	(R\$ milhões)			25%	50%
Ponta Ativa de Swap	397,9	398,5	0,05	0,05	0,06	0,08
Dívida em Iene	(375,0)	(375,6)	0,05	0,05	0,06	0,08

Estas transações estão primariamente denominadas em Real e Iene.

(c) Risco de crédito

Refere-se à possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. A Companhia não possui garantias tomadas em relação ao contas a receber.

_	2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa	1.206.484	668.264
Caixa restrito	-	2.033
Contas a receber	706.327	1.168.438
Instrumentos financeiros derivativos –		
swap/NDF	133.111	84.067
Total	2.045.922	1.922.802

Contas a receber

A Companhia possui suas contas a receber concentradas em alguns grandes clientes, que também são suas partes relacionadas (nota 10), representando, em 31 de dezembro de 2020, 91,06% do contas a receber total (88,62% em 31 de dezembro de 2019).

Tais clientes demandam transporte de cargas consideradas "cativas" e possuem a mesma política de crédito, determinada nos respectivos contratos de prestação de serviços. Para estes clientes, o risco de crédito é relativamente baixo em função dos mecanismos mitigadores definidos em contrato de prestação de serviços.

Para os clientes com transporte de cargas não "cativas", a Companhia está subordinada às políticas de crédito fixadas por sua Administração, que visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Nestes casos, a Companhia exerce uma gestão diária de crédito e cobrança. Em caso de inadimplência, a cobrança é realizada com o envolvimento direto dos gestores responsáveis pelos contratos comerciais, podendo até mesmo acarretar na suspensão temporária da prestação do serviço.

Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro

A Companhia está sujeita a risco de crédito associado às aplicações financeiras que realiza, tendo em vista o risco de insolvência das instituições na qual a Companhia mantém suas aplicações, que pode implicar na perda total ou parcial dos recursos aplicados. Em 31 de dezembro de 2020, o valor em exposição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia era de R\$1.206.484 (R\$668.264 em 31 de dezembro de 2019), que estavam alocados em conta corrente ou em aplicações em CDB ou em operações compromissadas que possuíam compromisso formal de recompra pelas instituições financeiras.

O risco de crédito sobre caixa e equivalentes de caixa é determinado por instrumentos de *rating* amplamente aceitos pelo mercado e estão dispostos como segue:

	2020
AAA+	456.014
AA+	662.818
A ou A+	87.652



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Total	1.206.484
Total	1.206.484

(d) Risco de liquidez

A operação da Companhia é intensa em capital e parte desse investimento é financiada por empréstimos e financiamentos. Esta alavancagem, conforme demonstrada no quadro abaixo, gera uma demanda por caixa, sendo certo que o investimento da Companhia possui elevada resiliência, ou seja, sendo possível ajustá-lo ao longo do exercício conforme a evolução dos negócios.

A posição atual de caixa da Companhia é considerada robusta e, contou ao longo do ano de 2020, com o reforço tanto da geração de caixa, quanto por novas captações de longo prazo, estando estes movimentos já direcionados internamente e estrategicamente distribuídos no primeiro semestre de 2020. Tais recursos farão frente a parte do montante estimado de investimentos para o ano.

A Companhia conta, atualmente, com linhas de financiamento de longo prazo já aprovadas junto a instituições financeiras relevantes. Entretanto, em virtude da posição de caixa considerada confortável e resiliente geração de caixa, a Administração avalia internamente o melhor momento para tais captações.

O quadro abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2020 com base nos pagamentos contratuais não descontados.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

	Fluxo de Caixa não Descontado – 2020				
	Até 6 meses	6 - 12 meses	1 - 2 anos	2 – 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos					
Empréstimos, financiamentos e debêntures (R\$) Partes relacionadas Fornecedores	410.774 70.128 248.620	515.746 45.386 346	850.506 109.263 29.640	877.940 47.061	125.983 12.822
Passivos financeiros derivativos					
Swaps utilizados para hedge (USD)	19.390	23.441	49.340	67.101	-

	Fluxo de Caixa não Descontado – 2019				
	Até 6 meses	6 - 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos					
Empréstimos, financiamentos e					_
debêntures (R\$)	550.429	245.337	741.002	953.861	851.355
Partes relacionadas	36.361	14.700	15.233	47.259	3.233
Fornecedores	158.928	188	25.338	,	<u></u>
Passivos financeiros derivativos					
Swaps utilizados para hedge (USD)	61.041	(216)	(101)	4.803	-

Cabe ressaltar que os passivos financeiros não derivativos que contam com algum tipo de garantia estão discriminados na nota explicativa 23. Os passivos financeiros derivativos não possuem nenhum tipo de garantia.

Gestão do capital

A política da administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A administração monitora o retorno sobre o capital aplicado considerando os resultados das atividades econômicas dos segmentos operacionais. O objetivo é atingir um retorno compatível com o seu custo de capital revisado anualmente através do conceito do Custo Médio Ponderado de Capital. A administração também monitora o nível de dividendos para acionistas ordinários e preferenciais.





A dívida em relação ao capital no final do período é apresentada a seguir:

	2020	2019
Total do passivo	6.816.894	6.621.672
(-) Caixa e equivalente de caixa	1.206.484	668.264
(-) Caixa restrito	· -	2.033
Obrigações líquidas	5.610.410	5.951.375
Total do patrimônio líquido Relação das obrigações líquidas sobre o	4.312.819	4.102.527
capital	1,301	1,451

26. Dividendos a pagar

O Estatuto Social da Companhia assegura um dividendo mínimo anual correspondente a 25% do lucro líquido, conforme legislação societária.

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	430.282	503.355
Apropriação para reserva legal	(21.514)	(25.168)
Lucro líquido base para determinação dos dividendos	408.768	478.187
Dividendos mínimos obrigatórios – 25%	102.192	119.547
Saldo de dividendos a pagar de exercícios anteriores	179	151
Total dos dividendos a pagar	102.371	119.698

Em 16 de dezembro de 2020 foram pagos R\$ 239.094 de dividendos (R\$247.768 em 10 de dezembro de 2019), sendo R\$119.547 de dividendos mínimos obrigatórios e R\$119.547 referentes a dividendos adicionais aprovados em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 27 de novembro de 2020, utilizando parte da reserva de lucros retidos no ano anterior.





27. Concessão a pagar

	2020	2019
Concessão a pagar	7.443	6.474
	7.443	6.474
Circulante	4.706	3.812
Não circulante	2.737	2.662

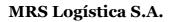
O saldo de concessão a pagar refere-se ao reconhecimento das obrigações a pagar incorridos até esta data. As obrigações do passivo circulante são registradas linearmente, pelo regime de competência e de acordo com os prazos do contrato (360 meses) tendo como contrapartida os custos dos serviços prestados. O valor registrado no passivo não circulante refere-se ao período de carência que foi apropriado no resultado de acordo com o regime de competência e está sendo liquidado em cada uma das parcelas pagas trimestralmente.

O contrato de concessão prevê que para a exploração dos serviços de transporte ferroviário, a Companhia pagará o total em 117 parcelas trimestrais, vencíveis nos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano. Em 31 de dezembro de 2020 restavam 23parcelas trimestrais de R\$ 5.698, totalizando o montante de R\$131.048. Estes valores já incluem a capitalização dos juros contratuais de 10,99% ao ano e a atualização monetária até 31 de dezembro de 2020 com base no último índice contratual, IGP-DI - Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna.

O fluxo de pagamentos futuros de concessão é como segue:

	2021	Em até 5 anos	Total
Concessão	22.791	108.257	131.048

Em janeiro de 2021, a Companhia efetuou o pagamento da 94ª parcela da concessão, no montante de R\$ 5.698.





28. Provisões

As provisões estão compostas da seguinte forma:

		2020	2019
Provisões para contingências	28.1	597.326	526.458
Provisão para indenização/multas ao Poder Concedente	28.2	49.441	42.553
Provisão ILP (Incentivos de Longo Prazo)		17.257	12.568
Provisões para benefícios pós emprego	28.3	4.934	6.190
Outras provisões		47.285	33.458
		716.243	621.227
Circulante		53.762	39.835
Não circulante		662.481	581.392





28.1 Provisões para contingências

As provisões para contingências passivas, classificadas com risco de perda provável, estão registradas no passivo não circulante e compostas como segue:

	Previdenciárias e trabalhistas (*)	Cíveis	Fiscais	Ambientais	Total de passivos provisionados
Em 31 de dezembro de 2018	155.584	68.878	125.268	-	349.730
Adições	194.214	13.013	202	2.073	209.502
Atualizações Baixas por reversões ou	44.667	3.479	3.806	575	52.527
pagamentos	(74.964)	(9.233)	-	(1.104)	(85.301)
Em 31 de dezembro de 2019	319.501	76.13 7	129.276	1.544	526.458
Adições	51.974	31.689	26.417	-	110.080
Atualizações Baixas por reversões ou	35.283	6.151	5.750	301	47.485
pagamentos	(47.846)	(38.569)	(173)	(109)	(86.697)
Em 31 de dezembro de 2020	358.912	75.408	161.270	1.736	597.326

(*) R\$352.788 (R\$313.465 em 2019) relativos aos processos de natureza trabalhista e R\$6.124(R\$6.036 em 2019) relativo à provisão de Notificação Fiscal de Lançamento de Débito ("NFLD") para exigência de contribuições sociais devidas ao INSS, concernentes ao adicional do SAT.

Considerando os depósitos e bloqueios realizados no decorrer do processo, e que ainda se encontram pendentes, o impacto futuro esperado em caixa está composto como segue:

		31 de dezembro de 2020				
		Quantidade de ações (*)	Valor envolvido	Provisão (**)	Depósitos	Valor líquido
Previdenciárias e trabalhistas	(a)	1.688	692.916	358.912	(52.972)	305.940
Cíveis	(b)	1.050	444.369	75.408	(17.102)	58.306
Fiscais	(c)	153	786.463	161.270	(52.985)	108.285
Ambientais	(d)	69	38.588	1.736	(1.578)	158
Outras	(e)	9				
		2.969	1.962.336	<u>597.326</u>	(124.637)	472.689

(*) Referem-se aos processos classificados com prognóstico de perda possível e provável.

Em 2020, após análises realizadas pela área Jurídica, a administração da Companhia decidiu por atualizar o critério de provisionamento das contingências trabalhistas e cíveis, visando maior governança e melhor aderência ao que vem sendo decidido recentemente nos tribunais. O impacto total desta atualização de estimativa nas demonstrações contábeis de 2020 foi de R\$50.947, sendo R\$23.402 nas provisões trabalhistas e R\$27.545 nas provisões cíveis.

^(**) Esse montante não incluiu as contingências de responsabilidade da RFFSA, dado que a Companhia somente é responsável pelo pagamento de débitos trabalhistas originados após a desestatização, conforme Edital de Desestatização, item 7.2.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

(a) Previdenciárias e trabalhistas

As ações previdenciárias e trabalhistas pleiteiam, em sua maioria, a cobrança de horas extraordinárias, parcelas indenizatórias, adicional noturno, intervalo intrajornada, equiparação salarial e adicionais de periculosidade e insalubridade.

Em 31 de dezembro de 2020, o valor total das causas trabalhistas, classificadas com prognóstico de perda possível ou provável, era de R\$ 692.916 (R\$758.427 em 31 de dezembro de 2019). Baseada no entendimento de seus consultores jurídicos, a Companhia tem provisionado R\$358.912para940 processos (R\$319.501 em 31 de dezembro de 2019), considerando a perspectiva de perda provável naquelas ações.

A adição no valor de R\$51.974 deve-se, principalmente, à mudança do critério de provisionamento das contingências trabalhistas adotadas a partir de dezembro de 2020 conforme mencionado anteriormente nesta nota explicativa, além de mudanças de prognóstico, resultados dos cálculos decorrentes de decisões condenatórias ou modificativas proferidas durante o período e aumento da quantidade de reclamações trabalhistas provisionadas.

Da mesma forma, as baixas de provisão no período perfazem um total de R\$47.846 e referem-sea pagamentos de execução, pagamentos por celebração de acordos e mudanças de prognóstico. Isoladamente, a maior baixa, no valor de R\$11.184, foi decorrente de celebração de acordo.

Outrossim, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, a Companhia possui uma contingência de R\$227.280 para 748 processos com estimativa de perda possível, os quais não possuem valores constituídos de provisão.

(b) Cíveis

Atualmente, na esfera cível, a Companhia é parte em 1.050 ações, onde figura como ré em 939 e como autora/confrontante/interessada em 111.

As ações em que a Companhia figura como ré, versam, em sua maioria, sobre responsabilidade civil por acidentes ferroviários, legalidade da cobrança por interferências de terceiros em áreas de faixa de domínio, contratos de concessão e arrendamento, manutenção no plano de saúde e índice de reajuste de mensalidade de plano de saúde após desligamento de funcionários da Companhia, equiparação do plano de previdência privada ao plano da RFFSA e Ações Civis Públicas. O valor total envolvido nas referidas ações, em 31 de dezembro de 2020, era de R\$429.392(R\$487.146 em 31 de dezembro de 2019). Seguindo o entendimento de seus consultores jurídicos, a Companhia possui provisão de R\$75.408, (R\$68.677 em 31 de dezembro de 2019), referente ao valor estimado das causas com probabilidade de perda provável.

As ações em que a Companhia figura como autora/confrontante/interessada, versam, em sua maioria, sobre responsabilidade contratual, ações de cobrança pelo uso da faixa de domínio, usucapião e reintegração de posse. O valor total envolvido nas referidas ações, em 31 de dezembro de 2020, era de R\$14.977. Em 2019, o valor envolvido representava R\$52.638,neste valor estavam incluídas discussões de multas aplicadas à Companhia. Em 2020, após análise, entendemos que o valor correspondente a essas discussões, assim como seus respectivos valores provisionados ficariam melhor representados junto à contingência passiva, totalizada no 2º parágrafo deste item.

Seguindo o entendimento de seus consultores jurídicos, em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui provisão de R\$ 0,02 para esses processos (R\$7.460 em 31 de dezembro de 2019).



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Foram adicionadas novas provisões no valor de R\$31.689 decorrente, principalmente, à mudança do critério de provisionamento das contingências cíveis adotadas a partir de dezembro de 2020 conforme mencionado anteriormente nesta nota explicativa, além de decisões condenatórias modificativas do valor originalmente provisionado proferido durante o período.

Foram realizadas baixas de provisão no período, totalizando R\$38.569, decorrentes da efetivação dos gastos provisionados. A maior baixa foi no valor de R\$22.273.

A Companhia é parte em 887processos para os quais, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, não constitui provisão, uma vez que o prognóstico de perda foi classificado como possível. O valor das contingências com prognóstico de perda possível é de R\$351.943 em 31 de dezembro de 2020 (R\$459.833 em 31 de dezembro de 2019) e se refere, principalmente, a ações de indenização decorrentes de acidentes ferroviários.

A Companhia possui seguro com cobertura de danos corporais, danos materiais, morais e prejuízos causados a terceiros, cujo valor da franquia é atualmente de R\$750 por sinistro.

(c) Fiscais

A Companhia é parte em 181 processos judiciais e administrativos de natureza tributária, sendo 28 ações de recuperação de tributos e 153 ações com risco possível ou provável de saída de recursos.

Em 31 de dezembro de 2020, o valor total envolvido para as 153ações era de R\$786.463(R\$611.184 em 31 de dezembro de 2019). Baseada no entendimento de seus consultores jurídicos, a Companhia tem provisionado o valor de R\$161.270 (R\$129.276em 31 de dezembro de 2019), referente a 13 processos considerando a perspectiva de perda provável.

A composição das provisões fiscais com prognóstico de perda provável está composta conforme a seguir:

- ICMS Os valores de R\$74.742 e R\$53.346 referem-se a processos em que se discute o aproveitamento de créditos de ICMS, nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, respectivamente, pela aquisição de bens classificados pela Companhia como insumos ou integrantes do ativo permanente, glosados pela fiscalização estadual.
- Execução fiscal para cobrança de débitos de IRPJ no valor de R\$745, extintos por compensação.
- Execução fiscal para cobrança de débitos de COFINS no valor de R\$404, extintos por compensação.
- Ação anulatória de débitos incluídos de ofício pela autoridade fiscal no REFIS da Crise instituído pela Lei nº 11.941/09, na modalidade de "Parcelamento de saldos remanescentes dos programas REFIS, PAES, PAEX e Parcelamentos Ordinários", no valor de R\$1.667.
- Mandado de Segurança PIS COFINS Receitas Financeiras, no valor de R\$ 27.857.
- Autuação ICMS MG remessa para conserto sem retorno, no valor de R\$2.080.
- Autuação ICMS RJ creditamento indevido na aquisição de diesel, no valor de R\$429.

A Companhia tem 140processos para os quais, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, não constituiu provisão, uma vez que as expectativas de perda foram consideradas possíveis. O valor de R\$625.193refere-se a ações que versam, em sua maioria, sobre:

• Autos de infração para glosa de créditos de PIS e COFINS sobre arrendamento, tráfego mútuo e direito de passagem no valor de R\$ 144.206.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

- IPTU imunidade recíproca. R\$62.879, referem-se a processos administrativos e judiciais relativos à cobrança indevida de IPTU sobre imóveis operacionais, objeto do contrato de concessão, cedidos à Companhia pela União Federal para prestação do serviço de transporte.
- PIS e COFINS tráfego mútuo: R\$17.597, referem-se à exigência do PIS e da COFINS sobre o ingresso de valores a título de tráfego mútuo no caixa da Companhia e, ato contínuo, transferidos a terceiros (receita de outra concessionária).
- PIS e COFINS variação cambial: R\$32.440 referem-se a exclusão dos valores decorrentes de variação cambial da base de cálculo do PIS e da COFINS.
- Não homologação de compensações e desconsideração de pagamentos de diversos tributo: R\$39.178
- Autuação ICMS RJ por suposta ausência de escrituração do Livro CIAP: R\$14.564
- Autuação ICMS RJ por suposta ausência de escrituração de notas fiscais: R\$ 647

(d) Ambientais

A Companhia é parte em 17 processos judiciais e 52 processos administrativos cujo objeto versa sobre matéria ambiental. Em 31 de dezembro de 2020, o valor total envolvido nas referidas ações judiciais era de R\$38.588 (R\$32.264 em 31 de dezembro de 2019). Baseada no entendimento de seus consultores jurídicos, a Companhia tem provisionado o valor de R\$1.736 referente a 1 processo considerando a perspectiva de perda provável naquela ação, permanecendo os demais como perda 'possível'.

(e) Outras

A Companhia tem 8 Termos de Ajustamento de Conduta (TACs) firmados e vigentes, sendo 2 decorrentes de matéria trabalhista e 6 de matéria cível. Os TACs de matéria trabalhista visam (i) garantir aos dirigentes sindicais o pleno exercício das atividades que tem por objeto a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria profissional e (ii) o preenchimento do percentual de empregados com deficiências estabelecido pelo art. 93 da Lei 8.213/91. Na área cível, existem 6 TACs: (i) no município de Guarujá, versando sobre melhorias da sinalização de segurança, regularização de área da faixa de domínio e disponibilização de caçamba para resíduos; (ii) no município de Santos Dumont, para instalação de janelas acústicas no Fórum da localidade; (iii) no município de Santo André, para reformas de imóveis dentro do pátio ferroviário de Paranapiacaba; (iv) no município de Congonhas, para a construção de 1 viaduto e 2 passarelas no Bairro do Pires; (v) no município de Resende, para reforma do galpão da Estação Ferroviária de Engenheiro Passos e; (vi) no município de Conselheiro Lafaiete, para a doação de veículo à Polícia Militar e contratação de empresa para a produção de filmes de apresentação do patrimônio cultural de cidades integrantes da Comarca de Conselheiro Lafaiete e Piranga.

28.2 Provisão para indenização/multas ao Poder Concedente

O valor de R\$49.441 (R\$42.553 em 2019) registrado no passivo não circulante é referente a provisão de processos em curso junto ao Poder Concedente, decorrentes do resultado do diagnóstico de saneamento e regularização dos imóveis patrimoniais, além de alguns processos administrativos e penalidades em curso junto a ANTT, com prognóstico de perda provável.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

28.3 Provisões para benefícios pós emprego

Plano de previdência complementar

A Companhia patrocina plano de previdência complementar aos colaboradores por intermédio de um plano de previdência administrado pela Bradesco Vida e Previdência. O plano de previdência complementar, criado em 01 de julho de 1999, é elegível para todos os colaboradores da MRS a partir da data de criação do plano. O plano é de contribuição definida e a Companhia não tem obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar todos os benefícios devidos. O custeio é paritário de modo que a parcela da Companhia equivale a 100% daquela efetuada pelo colaborador de acordo com uma escala de contribuição embasada em faixas salariais.

O plano requer que as contribuições sejam feitas a fundos administrados separadamente dos fundos próprios da Companhia. Os ativos do plano são mantidos por uma entidade aberta de previdência complementar, não estão disponíveis aos credores da Companhia e não podem ser pagos diretamente à Companhia.

As contribuições realizadas pela Companhia totalizaram R\$6.015 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (R\$6.394 em 2019), as quais foram registradas como despesa do exercício.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, não existiam passivos em nome da Companhia decorrentes do plano de previdência complementar.

Plano de assistência médica

A Companhia mantém um plano de assistência médica pós-emprego para um grupo determinado de ex-colaboradores e respectivos cônjuges administrado junto à Seguradora Bradesco Saúde. O plano tem como política a participação parcial de cada colaborador (contribuições fixas mensais), através do modelo de pós-paga mento. Em função da adoção desta política, a extensão deste benefício está garantida ao colaborador e seu grupo familiar após a demissão e aposentadoria (período pós-emprego) conforme os artigos nº. 30 e 31 da Lei 9.656/98, respectivamente, e a Resolução Normativa RN nº 279 de 24 de novembro de 2011.

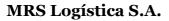
A Companhia oferece também um plano de pós-pagamento administrado pela Unimed Juiz de Fora. Entretanto, não há usuários aposentados ou demitidos durante o período pós-emprego e a expectativa de adesão dos futuros usuários aposentados é nula.

Em 31 de dezembro de 2020, o plano contava com 15.887 vidas na Bradesco Saúde e 665 na Unimed Juiz de Fora, totalizando 16.552 vidas.

Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos no Patrimônio Líquido como Ajuste de Avaliação Patrimonial e na Demonstração do Resultado Abrangente, conforme determina o CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados.

As contribuições realizadas pela Companhia ao plano de assistência médica administrado pela Bradesco Saúde S.A e Unimed totalizaram R\$36.497 em 31 de dezembro de 2020 (R\$41.025 em 31 de dezembro de 2019).

Em 31 de dezembro de 2020, existiam passivos atuariais em nome da Companhia, decorrentes do plano de saúde no valor de R\$4.934 (R\$6.190 em 2019), os quais foram devidamente provisionados no passivo não circulante.





a. Conciliação do passivo atuarial líquido reconhecido no balanço patrimonial:

	2020	2019
Passivo atuarial líquido em 1º de janeiro	6.190	4.156
Despesa reconhecida no exercício	506	413
Ganho nas obrigações	(1.762)	1.621
Passivo atuarial em 31 de dezembro	4.934	6.190

b. Movimentação do passivo atuarial:

2020	2019
6.190	4.156
83	45
423	368
(349)	(320)
(1.413)	1.941
4.934	6.190
	6.190 83 423 (349) (1.413)

c. Despesa a ser reconhecida na demonstração do resultado do próximo exercício:

	2021
Custo do serviço corrente	92
Juros sobre as obrigações atuariais	392_
Total da despesa a ser reconhecida	484

d. Premissas adotadas pelo atuário independente nos cálculos de obrigação atuarial:

Taxa de desconto	4,23% a.a.
Inflação de longo prazo	3,80% a.a.
Inflação médica (HCCTR)	2,32% a.a.
Fator de envelhecimento	De o a 24 anos: 1,5% a.a.
	De 25 a 54 anos: 2,5% a.a.
	De 55 a 79 anos: 4,5% a.a.
	Acima de 80 anos: 2,5% a.a.
Tábua de mortalidade geral	AT-2000

Seguro de vida

Os funcionários participam de seguro de vida em grupo garantido pela Generalli Companhia de Seguros. Em 2020, a Companhia contribuiu com R\$874 (R\$813 em 2019) com seguro de vida de seus funcionários.





29. Outras obrigações

		2020	2019
Obrigação contratual com partes relacionadas	10(d/e)	191.583	76.931
Receita diferida		0	6.409
Combustível consignado		7.777	8.292
Outras obrigações a pagar		5.285	6.115
		204.645	
	_		97.747
Circulante		55.267	31.362
Não circulante		149.378	66.385

30. Patrimônio líquido

(a) Capital subscrito e integralizado

O capital subscrito e integralizado, no montante de R\$2.047.268(R\$1.917.306 em 2019), está dividido em 340.000.000 ações escriturais sem valor nominal, divididas em ordinárias e preferenciais classes "A" e "B".

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o capital autorizado é de R\$2.500.000.

De acordo com o Edital de Desestatização e o Estatuto Social da MRS, nenhum acionista pode deter participação societária superior a 20% do capital votante. Se este limite for ultrapassado, por determinação da ANTT, o acionista renunciará ao direito de voto e de veto inerente às ações que ultrapassarem este limite.

Em Reunião do Conselho de Administração, realizada no dia 25 de março de 2020, foi aprovado o aumento do capital social no valor de R\$129.962 utilizando parte das reservas de investimentos constituídas em anos anteriores.

Em 31 de dezembro de 2020, a participação no capital social da Companhia era conforme segue:

	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Capital T	otal
Acionista	Nº de ações	%	Nº de ações	%	Nº de ações	%
Minerações Brasileiras Reunidas S.A.	37.666.526	20,00%	74.301.916	48,99%	111.968.442	32,93%
Companhia Siderúrgica Nacional	26.611.282	14,13%	36.765.916	24,24%	63.377.198	18,64%
CSN Mineração S.A.	25.802.872	13,70%	37.536.000	24,75%	63.338.872	18,63%
Usiminas Participações e Logística S.A.	37.513.650	19,92%	342.805	0,23%	37.856.455	11,13%
Vale S.A.	36.270.703	19,26%	769.304	0,51%	37.040.007	10,89%
Gerdau S.A.	4.460.128	2,37%	-	-	4.460.128	1,31%
RailvestInvestments	14.747.620	7,83%	-	-	14.747.620	4,34%
Minoritários	5.259.906	2,79%	1.951.372	1,28%	7.211.278	2,13%
	188.332.687	100,00%	151.667.313	100,00%	340.000.000	100,00%



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

(b) Direito das ações

Os detentores das ações ordinárias terão direito a voto nas deliberações das Assembleias Gerais; os de ações preferenciais (classes A e B) terão direito a dividendos 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias, não terão direito de voto e gozarão de prioridade no recebimento do capital, sem prêmio, quando da liquidação da Companhia.

As preferenciais da classe B são, por iniciativa do acionista que as detiver, conversíveis em ações ordinárias, na proporção de uma para cada ação ordinária. Tal conversão poderá ser realizada a qualquer tempo, observadas as condições previstas no Estatuto Social.

Embora sem direito de voto, as ações preferenciais classe B terão direito de eleger, em votação em separado, um membro do Conselho de Administração, enquanto representarem um mínimo de 25% da totalidade do capital social.

(c) Reserva de lucros – reserva legal

Constituída à base de 5% do lucro líquido do exercício antes das participações e da reversão dos juros sobre o capital próprio, conforme determina a legislação societária e limitado a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2020, após constituição de R\$ 21.514 sobre o lucro acumulado do exercício, o saldo da Reserva Legal passou a ser de R\$ 342.047 (R\$ 320.533 em 2019).

(d) Reserva de lucros – reserva para investimentos

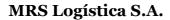
Conforme informado na nota 26, em dezembro de 2020 foram pagos dividendos adicionais no valor de R\$119.547, utilizando parte das reservas de investimentos.

A administração propôs a retenção dos lucros acumulados remanescentes para expansão no valor de R\$306.576, visando o suprimento de recursos necessários ao cumprimento do orçamento de investimentos de capital da Companhia. Adicionalmente, foi proposto o aumento do capital social no valor de R\$104.271 utilizando parte das reservas de investimentos a ser aprovado pelo Conselho de Administração. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo da Reserva para Investimentos era de R\$1.809.492 (R\$1.726.735 em 2019).

(e) Dividendo adicional

Em 16 de dezembro de 2020 foram pagos R\$119.547 referentes a dividendos adicionais aprovados em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 27 de novembro de 2020, utilizando parte das reservas de investimentos, constituída em anos anteriores, representando 25% do lucro líquido do exercício de 2019.

Não houve declaração de valor excedente ao dividendo mínimo obrigatório em 31 de dezembro de 2020.

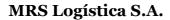




(f) Ajustes de avaliação patrimonial

O ajuste de avaliação patrimonial refere-se aos ganhos atuariais do plano de saúde, apurados em conformidade com o CPC 33 (R1).

	Ganhos atuariais	IRPJ/CSLL	Total
2019	10.326	(2.335)	7.991
Ganhos	1.413	337	1.750
2020	11.739	(1.998)	9.741





31. Resultado por ação

A tabela a seguir estabelece o cálculo de lucros por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (em milhares de reais, exceto valores por ação):

	2020	2019
Numerador		
Lucro líquido do exercício	430.282	503.355
Denominador		
Média ponderada de ações ordinárias	188.333	188.333
Média ponderada de ações preferenciais - A	82.076	82.076
Média ponderada de ações preferenciais - B	69.591	69.591
10% - Ações preferenciais	1,1	1,1
Média ponderada de ações preferenciais ajustadas (lucro básico)	166.834	166.834
Média ponderada de ações preferenciais ajustadas (lucro diluído)	90.284	90.284
Denominador para lucros básicos por ação	355.167	355.167
Denominador para lucros diluídos por ação	348.208	348.208
Lucro básico/diluído por ação ordinária	1,211	1,417
10% - Ações preferenciais	1,1	1,1
Lucro básico/diluído por ação preferencial - A	1,333	1,559
Lucro básico/diluído por ação preferencial - B	1,333	1,559

A Companhia não detém ações em circulação com potencial de diluição ou outros instrumentos que poderiam resultar na diluição do cálculo do lucro por ação.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

32. Receita líquida de serviços

	2020	2019
Receita bruta de serviços	3.890.220	3.483.747
Impostos sobre vendas	(285.255)	(282.938)
Receita líquida de serviços	3.604.965	3.200.809

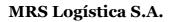
A Companhia presta serviços no mercado interno brasileiro, para entidades privadas.

Os contratos de prestação de serviços com os clientes estabelecem os preços e as previsões de toneladas a serem transportadas durante o período de vigência. A receita é reconhecida conforme mencionado na nota explicativa 4.17.

33. Despesas por natureza

		2020	2019
Depreciação e amortização	(a)	(1.049.931)	(921.226)
Mão de obra e encargos sociais		(605.162)	(624.619)
Combustíveis/lubrificantes		(479.072)	(476.943)
Serviços de terceiros		(291.276)	(257.282)
Insumos/outros materiais		(176.104)	(146.417)
Partilhas de fretes		(95.393)	(107.035)
Custos acessórios de transporte		(22.654)	(25.411)
Custo da concessão		(21.001)	(18.550)
Despesas com seguro		(12.327)	(10.501)
Aluguel veículos e equipamentos operacionais		(10.618)	(6.656)
Honorários da administração Provisão de perdas esperadas em créditos de		(4.805)	(4.591)
liquidação duvidosa		(283)	(564)
Crédito presumido ICMS MG		64.238	61.335
Outros		(73.979)	(75.812)
		(2.778.367)	(2.614.272)
Custo dos serviços prestados		(2.517.730)	(2.377.782)
Despesas com vendas		(13.440)	(14.036)
Despesas gerais e administrativas		(247.197)	(222.454)
		(2.778.367)	(2.614.272)

⁽a) O aumento do custo de depreciação em 2020 quando comparado a 2019 é decorrente, em grande parte, da revisão de vida útil dos ativos conforme nota explicativa 17.1.





2020

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

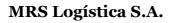
34. Outras receitas e outras despesas operacionais

	<u></u>	2020	2019
Outras receitas operacionais			
Receita de indenização	10.b	239.085	-
Multas contratuais (a)	10.b	62.371	671.110
Receitas alternativas		35.217	32.068
Venda de materiais (sucata/excesso estoque)		27.072	33.354
Reversão de provisão para perda de ativos circulantes	12/13	11.894	9.000
Seguros (b)		5.271	41.793
Reversão de outras provisões passivas		517	1.880
Receita na venda de imobilizado Reversão de provisão para perda de ativos circulantes e não circulantes		-	2.163 4.233
Reversão de provisões multas/indenizações Poder Concedente		_	541
Outras receitas		8.393	36.139
		389.820	832.281
Outras despesas operacionais		<u> </u>	
Execuções por perdas processuais		(80.959)	(55.830)
Impostos sobre vendas e outras receitas		(34.685)	(72.830)
Baixa de ativo imobilizado e Intangível	17 e 18	(24.984)	(16.740)
Perda de créditos tributários	_,	(22.701)	(28.537)
Demais despesas tributárias		(16.421)	(14.680)
Baixa de projetos de investimento	17.1	(16.394)	(14.053)
Custo das receitas alternativas	,	(9.652)	(9.257)
Despesas com patrocínios (incentivos fiscais)		(8.733)	(8.894)
Provisão para perda de ativos não circulantes		(7.958)	(12.216)
Provisões multas/indenizações Poder Concedente	28.2	(6.618)	-
Convênio com municípios		(4.082)	(5.806)
Doações		(3.200)	2.207
Ajuste/baixa de estoque		(934)	-
Indenizações ao Poder Concedente		(796)	(326)
Custo na venda de materiais (sucata/excesso estoque)		(643)	(3.320)
Provisões para contingências		-	(124.376)
Outras despesas		(14.678)	(11.516)
		(253.438)	(376.174)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas		136.382	456.107



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

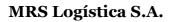
- (a) Os valores de R\$62.371 e R\$671.110 em 2020 e 2019, respectivamente, são decorrentes do reconhecimento dos mecanismos de proteção de receita e seus respectivos impactos tributários. A redução do valor em 2020 deve-se a retomada em parte dos volumes transportados após o acidente de Brumadinho em 2019 e à repactuação, em 2020, dos volumes de transporte para os próximos anos.
- (b) Do valor de R\$41.793 em 2019,R\$38.815 deve-se a provisão de recebimento do ressarcimento dos ativos danificados pelo rompimento da barragem pertencente a Vale S.A na Mina do Feijão, em Brumadinho, Minas Gerais, ocorrido em 25 de janeiro de 2019.





35. Receitas e despesas financeiras

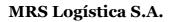
	_	2020	2019
Receitas financeiras			
Instrumentos financeiros derivativos - swap		293.174	54.421
Variação cambial e monetária		129.404	145.461
Ajuste a valor presente de contas a receber e subarrendamento		31.406	34.562
Rendimentos s/ aplicações financeiras		30.148	44.686
Ajuste de marcação a mercado - hedge accounting	25	7.404	-
Juros		2.292	2.184
Outras receitas financeiras	_	5.096	31.175
	=	498.924	312.489
<u>Despesas financeiras</u>			
Variação cambial e monetária		(469.337)	(213.613)
Juros		(172.771)	(192.363)
Ajuste a valor presente arrendamentos	24	(152.017)	(159.961)
Ajuste de marcação a mercado - hedge accounting	25	-	(6.249)
Outras despesas financeiras	_	(21.213)	(25.214)
	_	(815.338)	(597.400)
	_		
Resultado financeiro líquido	-	(316.414)	(284.911)





36. Tributos sobre o lucro

	2020	2019
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	646.566	757.733
Alíquota nominal	34%	34%
IRPJ/CSLL pela alíquota nominal:	219.832	257.629
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:	(3.548)	(3.251)
Ajuste de estoque	351	576
Despesas com doações	578	278
Perda com investimento audiovisual	-	20
Despesa com projeto empresa cidadã	403	318
Incentivos fiscais	(15.163)	(16.139)
Baixa de projetos de investimento	5.574	4.778
Outros	4.709	6.918
IRPJ/CSLL no resultado do exercício	216.284	254.378
Corrente	340.349	391.521
Diferido	(124.065)	(137.143)
IRPJ/CSLL no resultado do exercício	216.284	254.378
Alíquota fiscal efetiva total	33,45%	33,57%
Alíquota fiscal efetiva total – correntes	52,64%	51,67%
Alíquota fiscal efetiva total – diferidos	-19,19%	-18,10%



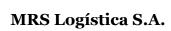


37. Outras divulgações sobre os fluxos de caixa

37.1 Venda de imobilizado

Na demonstração dos fluxos de caixa, o resultado da venda de imobilizado compreende:

	2020	2019
Valor contábil líquido Lucro da alienação de imobilizado		35 2.128
Valores recebidos na alienação de imobilizado		2.163
37.2 Efeito nas atividades de investimento		
	2020	2019
Pagamento de investimentos de anos anteriores Aquisição no período de imobilizado a prazo	(1.332) 170.947	(126.188) 75.000
Efeito nas atividades de investimento	169.615	(51.188)





37.3 Conciliação de passivos resultantes de atividades de financiamento

	2020					
	Empréstimos bancários	Debêntures	Arrendamento financeiro	Total	Instrumentos financeiros	Dívida total
Empréstimos e financiamentos 31/12/2019	1.285.032	1.780.490	1.906.792	4.972.314	(84.067)	4.888.247
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa	(384.323)	(142.736)	(399.140)	(926.199)	235.400	(690.797)
Novas captações	511.692	-	-	511.692	-	511.692
Pagamentos do principal	(843.016)	(60.680)	(247.123)	(1.150.819)	235.400	(915.419)
Pagamento de juros	(52.993)	(82.056)	(152.017)	(287.066)	-	(287.066)
Custo da transação	(6)	-	-	(6)	-	(6)
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa	311.020	138.525	485.336	934.881	(284.444)	650.437
Aquisição/novos arrendamentos	-	-	16.535	16.535	-	16.535
Remensuração por atualização monetária Amortizações custos da transação/deságio			316.784	316.784		316.784
debêntures	533	8.417	-	8.950	-	8.950
Variação monetária e cambial	310.487	130.108	152.017	592.612	(284.444)	308.168
Empréstimos e financiamentos 31/12/2020	1.211.729	1.776.279	1.992.988	4.980.996	(133.111)	4.847.885

Os pagamentos relacionados a fornecedores de investimento são apresentados no fluxo de caixa como atividades de financiamento. Em 2020, foi efetuado o pagamento de R\$1.332 referente a investimentos de anos anteriores.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

	2019					
	Empréstimos bancários	Debêntures	Arrendamento financeiro	Total	Instrumentos financeiros	Dívida total
Empréstimos e financiamentos 31/12/2018	1.377.230	1.099.895	29.729	2.506.854	(58.640)	2.448.214
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa	(184.527)	550.157	(378.471)	(12.841)	23.713	10.872
Novas captações	280.500	650.000	-	930.500	-	930.500
Pagamentos do principal	(405.413)	(9.402)	(218.510)	(633.325)	23.713	(609.612)
Pagamento de juros	(59.585)	(84.541)	(159.961)	(304.087)	-	(304.087)
Custo da transação	(29)	(5.900)	-	(5.929)	-	(5.929)
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa	92.329	130.438	2.255.534	2.478.301	(49.140)	2.429.161
Reconhecimento inicial	-	-	2.038.932	2.038.932	-	2.038.932
Aquisição/novos arrendamentos	-	-	2.749	2.749	-	2.749
Remensuração por atualização monetária	-	-	53.892	53.892	-	53.892
Amortizações custos da transação/deságio debêntures	525	8.055	-	8.580	-	8.580
Variação cambial	91.804	122.383	159.961	374.148	(49.140)	325.008
	1.285.032	1.780.490	1.906.792	4.972.314	(84.067)	4.888.247

Os pagamentos relacionados a fornecedores de investimento são apresentados no fluxo de caixa como atividades de financiamento. Em 2019, foi efetuado o pagamento de R\$126.188 referente a investimentos de anos anteriores.





38. Seguros

A Companhia possui as seguintes apólices de seguros para suas operações:

Cobertura	Finalidade	Vencimento	LMI	Franquia
Risco operacional	Cobertura do patrimônio operacional de propriedade da empresa ou sob sua responsabilidade	31 de março de 2021	250.000	5.000
Responsabilidade civil	Cobertura contra danos causados a terceiros	9 de agosto de 2021	40.000	750
Transporte de cargas	Cobertura de sinistros com cargas em transporte	31 de outubro de 2021	60.000	200

Observações:

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos e responsabilidade civil, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações contábeis, e, consequentemente, não foram revisadas pelos auditores independentes.

39. Eventos subsequentes

Reunião do Conselho de Administração

De acordo com a Lei 6.404/76 (Lei das Sociedades Anônimas), em seu artigo 199, o saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. A Companhia atingiu esse limite em 31 de dezembro de 2020 e em Reunião do Conselho de Administração, realizada no dia 24 de março de 2021, foi aprovado o aumento do capital social no valor de R\$104.271 utilizando parte das reservas de investimentos constituídas em anos anteriores.





Administração: Conselheiros e Diretores

Conselho de Administração

Viktor NigriMoszkowicz

Presidente

Alejandro Daniel Laiño
Carlos Hector Rezzonico
Elder Rapachi
Enéas Garcia Diniz
Fátima Aparecida Chaves de Aleixo
Luis Fernando Barbosa Martinez
Marcelo Leite Barros
Sonia Zagury

Membros da Diretoria Executiva

Guilherme Segalla de Mello Diretor Presidente, Comercial e de Operações

Alexandre Claro Fleischhauer Diretor de Engenharia e de Manutenção

Félix Lopez Cid Diretor de Recursos Humanos

Fabrícia Gomes de Souza Diretora de Finanças, Desenvolvimento e Relação com Investidores

Demais Diretores não integrantes da Diretoria Executiva

Daniel Dias Olivio Henrique Rocha Martins Luiz Gustavo Bambini de Assis